



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO
BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

WELLINGTON MIGUEL DANTAS

**A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS NO ENSINO
FUNDAMENTAL- II: UM OLHAR NA E.M.E.F.AGRIPINO RIBEIRO FILHO,
MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB**

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

WELLINGTON MIGUEL DANTAS

**A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS NO ENSINO
FUNDAMENTAL- II: UM OLHAR NA E.M.E.F.AGRIPINO RIBEIRO FILHO,
MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB**

Monografia submetida ao Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Profº Dr. Josias de Castro Galvão

JOÃO PESSOA/PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D192a Dantas, Wellington Miguel.

A abordagem das relações étnico-raciais no ensino fundamental- II : um olhar na E.M.E.F. Agripino Ribeiro Filho, Município de Araçagi-PB / Wellington Miguel Dantas. - João Pessoa, 2025.

112 p. : il.

Orientação: Josias de Castro Galvão.

TCC (Curso de Bacharelado em Geografia) -
UFPB/CCEN.

1. Geografia. 2. Educação para as relações étnico-raciais. 3. Ensino de geografia. I. Galvão, Josias de Castro. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 91(043.2)

FOLHA DE APROVAÇÃO

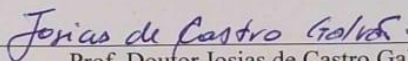
WELLINGTON MIGUEL DANTAS

A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL-
II: UM OLHAR NA E.M.E.F. AGRIPINO RIBEIRO FILHO, MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-
PB

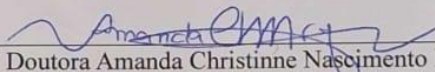
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia, do Departamento de Geociências, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia

Aprovado em: 08 / 10 / 2025.

Banca Examinadora

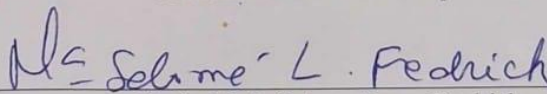


Prof. Doutor Josias de Castro Galvão
Orientador
(UFPB/CCEN/Departamento de Geociências)



Prof. Doutora Amanda Christinne Nascimento Marques
Membro Externo

CCHSA/DCBS/ UFPB campus III



Profª. Maria Salome Lopes Fredrich
Membro Interno
(UFPB/CCEN/Departamento de Geociências)

Ao senhor que está ao meu lado em todos os momentos, a Maria Santíssima, aos Docentes que me auxiliaram nesse processo de formação na sala de aula e nos trabalhos de campo; os colegas do curso e de trabalho que me mostram o quanto é importante ações coletivas para partilhar o conhecimento e as experiências vivenciadas, as reflexões realizadas no campo da educação durante essa pesquisa referente aos povos Africanos e Indígenas.

Eu dedico

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus, por ser minha fonte de inspiração para a realização desse trabalho e por me auxiliar no campo interno e externo durante a minha jornada de cunho pessoal, formação e de trabalho que são fundamentais para o meu crescimento intelectual e profissional.

À minha família por estar junto comigo em todas as ações e sonhos que tenho a realizar no decorrer da vida, me apoiando frente as batalhas humanas e espirituais as quais enfrento diariamente. Em especial a minha mãe Socorro e o meu pai Pedro (*in memoriam*) que me orientaram e me educaram, com os ensinamentos, valores e princípios que carrego comigo. À Minha irmã Welma Joicy e Anderson pelo apoio e as palavras de motivação diante dos dilemas enfrentados. Aos meus avós maternos Maria Miguel (mãe Maria) e Manoel Miguel, o pai Mané (*in memoriam*), que trazem um grande significado na minha vida por me mostrarem que somos capazes de conseguir aquilo que queremos ser. À avó paterna conhecida carinhosamente por Dona Ló (*In memoriam*), do pouco que convive com ela sempre me demonstrou muito afeto e dizia que eu iria chegar muito longe.

Aos demais familiares o qual inclui meus tios (as) em especial a minha Tia Simone que desde que era pequenino estava ao meu lado, cuidando de mim me levando para passear e me dava muitos conselhos, as aventuras que já vivenciamos juntos e demonstra está muito orgulhosa quando realizo alguma meta ou sonho. Aos meus primos (as) em especial a Ana Beatriz, Ana Paula, Ryan, Luana, Luênia pelas aventuras e os momentos de lazer que passamos juntos.

Aos meus amigos (as): Anne Kayelle (minha irmã do coração) aquela que me conhece muito bem e partilhou todas as dificuldades e as conquistas que vivenciei e hoje está comigo para compartilhar mais uma vitória que estou conquistando. Gláucia, Omaiza, Thainá, César, Ana Cleuma, Joalisson, Neide, Andreza, Glória, Riedja que com seu amor me mostra a leveza da vida, Laedja, Onielson, Carlos Eduardo (Cadú), Caliel, Dayane, Nena, Fernanda do Águia, Maria de Fátima (tia Maria), Patrícia, Juscelino, Juliana Pessoa, Tamires Carlos, Patrícia, Juscelino, Vitória, Fernanda (Nanda), Walkimer, Elânia, Marta, João, Reny, Sueliton, Rosa, Fabiano, Rose, Luciano, Ana Maria Jorge, Iara, Arlane, Franciely, Aninha, Joedson (meu afilhado), Edson Elias Filho, Lucélia, Cidinha, Simone uma amiga de longa

datas que sempre estive comigo em todos os momentos, Ramon, Joseline (Line), aos meus irmãos brocoiós Rafael e Djalma, Vanessa e Victor (meus irmãozinhos do coração), Léa, Rafaela (Rafa) e dentre outras.

À Pessoas especiais que a vida me apresentou tais como: Nova, Dão, Monique, Felipe, Henrique, Heitor, Sônia, Neta, Mislene as quais demonstram um grande afeto e carinho.

À uma grande mulher Lourdes Barbosa, amiga e colega de trabalho a qual tenho uma enorme estima e determinação, por suas palavras de afeto e de motivação para nunca desistir e por toda a sua ajuda e contribuição nas atividades de trabalho porque foram essenciais para o meu crescimento profissional.

Ao III e o VIII EJC-Araçagi-PB que me proporcionaram vivenciar momentos inesquecíveis e me aproximar cada vez mais próximo de Jesus Cristo, destaco esse último, pois consegui vivenciar uma experiência fantástica ao lado de Lahys, Thiago, Jefferson, Valdilene, Everton, Josy, aos casais do (ECC): Rayane e Hildo, Elisângela e Elivelton, Joana D'arc e Osmar e Kívia (pareia amada) essas três últimas pessoas estamos frente ao círculo Colo de Maria composto por: Júlia, Dalysson, Sabrina, Erick, Ângela, Geovana, Joellen, Felipe, Vitória, Ryenne, Sabrina, Artur, Karol, Gaby, Perlla e Beatriz.

As Entidades de Ensino responsáveis pela minha formação de Graduação e Pós-Graduação ao decorrer do tempo, os docentes do curso de Bacharelado em Geografia-UFPB em Especial aos Professores (as) Doutores (as): Camila Cunico, Daisy, Marcelo, Vinícius, Anieres, Marco Mitidiero, Bartolomeu, Maria Franco, Eduardo Viana, Victor Hugo, Sinval, Alexandre Sabino e os demais que contribuíram com a minha formação durante os 5 anos.

Aos colegas do curso de Bacharelado: Arthur, Neto, Bárbara, Gerssica, Matheus Donato, Kenia, Necilene, Bhreenda, Carolina e todos que me acompanharam nesse processo de muitos estudos e partilhas de conhecimento. A todos os profissionais da UFPB- Campus I João Pessoa (PB), os técnicos administrativos, os vigilantes, os agentes de limpeza e demais funcionários.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Josias de Castro Galvão por ter aceitado me orientar nessa pesquisa, por sua dedicação e contribuição nessa etapa da minha vida de conclusão de mais um curso superior ampliando os conhecimentos.

À Banca examinadora Professores: Prof^a Dr^a Amanda Christinne Nascimento Marques, a qual já foi minha professora durante primeira Graduação que realizei a Licenciatura em Geografia – UEPB e tive a honra de reencontrar na UFPB gratidão por toda a paciência comigo, o companheirismo e as palavras de motivação e apoio a todo instante. A Professora Doutora Maria Salome Lopes Fredrich por se fazer presente nesse momento tão marcante na minha vida agradeço, pelo compromisso e responsabilidade em dar sua contribuição avaliando esse estudo.

Ao Grupo de Pesquisa GESTAR- UFPB (território, trabalho e cidadania), que foi fundamental motivador para a realização dessa pesquisa sobre a temática das relações étnico raciais.

A E. M. E F. Agripino Ribeiro Filho o objeto de pesquisa, a qual atuo na função de Coordenador e professor, sou grato a Prefeita Josilda Macena pela confiança e oportunidade confiada a mim para desempenhar essas funções, a Gestora CarmemLúcia por estar junto comigo nessa experiência, os colegas de trabalho em especial a Tarcisa, Alcione, a todo o corpo docente e discente, aos auxiliares de serviço, aos vigias e demais integrantes dessa equipe de trabalho.

As escolas que Leciono/Lecionei como Docente de Geografia, as quais estão: Águia Colégio e Curso, a E. E. E. F. Rodrigues de Carvalho no Programa Projovem Campo, situadas no Município de Araçagi-PB e as E.M.E.F. Henrique de Almeida e a E.M.E.F. Júlia Valdelina em Itapororoca-PB.

Enfim, estimo aquele sentimento de gratidão a todos que contribuíram para a concretização desse Trabalho de Conclusão de Curso o qual é fruto de muito esforço e dedicação. Muito obrigado!

O primeiro passo é fazer com que o negro se encontre a si mesmo, insuflar novamente a vida em sua casca vazia, influido nele o orgulho e a dignidade (Steve Biko).

RESUMO

No âmbito da educação, um dos grandes desafios se trabalhar o tema das relações étnico-raciais se dá na sua essência pela falta de uma formação no campo escolar, notadamente, para os docentes que são sujeitos responsáveis pelo processo formativo de cidadãos críticos e reflexivos. Essa pesquisa tem como lócus de reflexão a E.M.E F. Agripino Ribeiro, situada no Município de Araçagi-PB partimos da seguinte questão norteadora: De que forma se desenvolve o tema das relações étnico-raciais nessa escola? Desse modo o objetivo dessa pesquisa foi analisar o desenvolvimento do tema das relações étnicos raciais no âmbito escolar e no ensino de Geografia com ênfase na educação básica, etapa do Ensino fundamental II, escola mencionada anteriormente. Do ponto de vista dos direcionamentos metodológicos partem de uma abordagem qualitativa, pois recorreremos a um levantamento bibliográfico, uma pesquisa refinada e documental, trabalhos de campo. A partir de instrumentos como diário de campo e entrevistas semiestruturadas, com a finalidade de investigarmos e refletirmos sobre a temática proposta das relações étnico-raciais no âmbito educacional com ênfase na Geografia. Nos ancoramos em autores como: Gonzalez e Hasenbalg (1982), Munanga (1988), Pontuschka (2007), Adichie (2009), Hooks (2013), Ribeiro (2017), Silva,(2017), Cardoso (2017), Almeida (2019), Marques et al. (2021), Campos e Nascimento Júnior (2024) e nos marcos legais lei 10.639/2003 e 11.645/2008 que discutem a temática das relações étnico-raciais. A necessidade de fazer uso de uma educação antirracista para combater o racismo e a discriminação racial, sendo esta bastante evidenciada na literatura e uma constante cobrança pelos órgãos de esfera nacional como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que seja colocada ações e práticas que priorizem essas atividades os saberes históricos, culturais e a contribuição dos negros e indígenas enfatizando o que a Geografia dispõe em termos de conteúdos que podem ser trabalhados nas aulas pelos docentes que reflitam os conhecimentos e as contrastes sociais existentes no espaço geográfico. Por conseguinte, essa pesquisa é de grande relevância porque consistirá em uma base de dados sobre o tema das relações étnico-racial e servirá de orientação para que os profissionais da educação, com destaque aos docentes de Geografia que tenham à luz do conhecimento sobre o tema que precisa ser trabalhado em todas as escolas no princípio de promover uma educação antirracista e de uma igualdade racial ao povo afro-brasileiro.

Palavras-chave: Geografia; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Ensino.

ABSTRACT

In the field of education, one of the greatest challenges in addressing the topic of ethnic-racial relations is essentially the lack of training in schools, particularly for teachers, who are responsible for developing critical and reflective citizens. This research, based on the F. Agripino Ribeiro Elementary School, located in the municipality of Araçagi, Paraíba, Brazil, began with the following guiding question: How is the topic of ethnic-racial relations developed at this school? Thus, the objective of this research was to analyze the development of the topic of ethnic-racial relations in schools and in Geography teaching, with an emphasis on basic education, the aforementioned elementary school. The methodological guidelines are based on a qualitative approach, as we used a bibliographical survey, refined documentary research, and fieldwork. Using instruments such as field diaries and semi-structured interviews, we investigated and reflected on the proposed theme of ethnic-racial relations in education, with an emphasis on Geography. We are anchored in authors such as: Gonzalez and Hasenbalg (1982), Munanga (1988), Pontuschka (2007), Adichie (2009), Hooks (2013), Ribeiro (2017), Silva, (2017), Cardoso (2017), Almeida (2019), Marques et al. (2021), Campos and Nascimento Júnior (2024) and in the legal frameworks law 10.639/2003 and 11.645/2008 that discuss the theme of ethnic-racial relations. The need for anti-racist education to combat racism and racial discrimination is well-documented in the literature, and there is a constant demand from national agencies such as the Ministry of Education and Culture (MEC) for actions and practices that prioritize historical and cultural knowledge and the contributions of Black and Indigenous people, emphasizing the content Geography offers teachers that can address in their classes, reflecting the knowledge and social contrasts existing within the geographic space. Therefore, this research is highly relevant because it will consist of a database on the topic of ethnic-racial relations and will serve as guidance for education professionals, especially geography teachers, who have the knowledge on this topic that needs to be addressed in all schools, with the aim of promoting anti-racist education and racial equality for the Afro-Brazilian population.

Keywords: Geography; Education for Ethnic-Racial Relations; Teaching.

LISTA DE SIGLAS

ABNT –	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE -	Atendimento Educacional Especializado
BNCC –	Base Nacional Comum Curricular
CAED–	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CONEDU–	Congresso Nacional de Educação
CCEN–	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CNE –	Conselho Nacional de Educação
DCN –	Diretrizes Curriculares Nacional
DCNERER –	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
EMPAER –	Empresa Paraibana de Pesquisa e Extensão Rural
ERER –	Educação das Relações Étnico- Raciais
FNDE –	Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
GESTAR –	Grupo de Pesquisa (Território Trabalho e Cidadania)
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB –	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBN –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC –	Ministério da Educação e Cultura
MNU –	Movimento Negro Unificado
OBMEP-	Olímpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
PB –	Paraíba
PCD–	Pessoa com Deficiência
PDDE –	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNLD–	Programa Nacional do Livro e Material Didático
PPP –	Projeto Político Pedagógico
PROEC –	Programa Escola e Comunidade
SAEB –	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECAD –	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SECADI –	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão
SEPPIR –	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIAVE –	Sistema de Avaliação da Educação Básica
TEA –	Transtorno do Espectro Autista
UEPB-	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – sistematização dos principais objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais Educacionais para as relações étnico-raciais.....	42
Figura 2 – Calendário escolar das Escolas Municipais de Araçagi/PB	50
Figura 3 – Critérios de Avaliação do Livro didático de Geografia.....	53
Figura 4 – Livro didático de Geografia.....	54
Figura 5 – Texto Valorização do lugar por meio dos saberes dos habitantes e atividade	61
Figura 6 – Mapa e um gráfico da distribuição da populacional	62
Figura 7 – Texto fluxo de Africanos escravizados para o Brasil	64
Figura 8 – Charge do dia da Consciência Negra.....	65
Figura 9 – Texto sobre a população indígena e atividade	67
Figura 10 – Mapa do Brasil e delimitação de Terras indígenas.....	68
Figura 11 – Texto e atividades sobre as comunidades quilombola	69
Figura 12 – Atividades sobre as religiões afro-brasileiras.	70
Figura 13 – Localização Geográfica do Município de Araçagi/PB	73
Figura 14 – Vista aérea da Escola Agripino Ribeiro Filho, no Município de Araçagi/PB.....	74
Figura 15 – Ambientes da Escola Agripino Ribeiro Filho.....	75
Figura 16 – Salas de Aula da Escola Agripino Ribeiro Filho.....	77
Figura 17 – Arte de divulgação do projeto Consciência negra	85
Figura 18 – Sala temática Zumbi dos Palmares	86
Figura 19 – Atividades da sala temática – os povos africanos, literatura e arte	87
Figura 20 – Atividades da Sala de História e Geografia dos povos africanos	89
Figura 21 – Atividades da sala, musicalidade, religiões africanas e fauna e flora da África	90
Figura 22 – Sala de Jogos matemáticos Africanos	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Habilidades da BNCC abordagem das relações étnico-raciais Ensino Fundamental na Componente Curricular de Geografia	45
Quadro 2 – Calendário das atividades da E.M.E. F. Agripino Ribeiro Filho-2024.....	51
Quadro 3 – Conteúdos do Livro didático de Geografia 7º ano	60
Quadro 4 – Projetos e ações desenvolvidas pela E. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho.....	79
Quadro 5 – Atividades desenvolvidas pelos docentes no projeto de Consciência Negra.....	82
Quadro 6 – Ensino Fundamental e Diversidade Étnico-racial	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de Alunos na E. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho, no Município de Araçagi/PB.....	76
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OBJETIVOS	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
Capítulo 1: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONCEITOS, MARCOS NORMATIVOS NUMA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E GEOGRÁFICA	28
1.1 Refletindo a temática das relações étnico-raciais	28
1.2 Marcos normativos, a Educação das Relações Étnico-raciais e uma Educação Antirracista na Perspectiva Geográfica:	38
Capítulo 02: ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	52
2.1 Avaliação do livro didático de Geografia	52
2.2 Análise da temática das relações étnico-raciais no Livro de Geografia	59
Capítulo 03: AS RELAÇÕES ÉTNICOS- RACIAIS O ENSINO DE GEOGRAFIA E UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	72
3.1 Caracterização da Escola	72
3.2 Ações desenvolvidas pela Escola Agripino Ribeiro Filho no Município de Araçagi/PB frente a questão das relações étnico-raciais	80
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICES	108
APÊNDICE A– QUESTIONÁRIO DE CAMPO: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	109
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista para as Docentes	110

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da educação, um dos grandes desafios de se trabalhar o tema das relações étnico-raciais se dá na sua essência pela falta de uma formação no campo escolar, notadamente, para os docentes que são sujeitos responsáveis pelo processo formativo de cidadãos críticos e reflexivos.

Não podemos esquecer que somos reflexo de uma educação colonial que traz consigo uma visão enraizada de preconceito no que diz respeito à diversidade étnica e cultural de nossa sociedade. Nesse contexto, ao reforçar o sentido colonial da educação brasileira e refletir sobre os instrumentos de trabalho utilizado pelo educador, Munanga (2005, p. 15) afirma que:

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar.

A partir das reflexões realizadas pelo autor, é possível considerar o quão fundamental é a questão do docente analisar o material didático a ser utilizado nos espaços de sala de aula, pois estes materiais podem reforçar o preconceito em relação aos povos no tocante a sua história e a compreensão da formação cultural do país.

O uso dos materiais didáticos, assim como a necessidade de sua escolha, podem afetar o cotidiano dos educandos, no que compete a forma de se relacionar com os seus colegas e até mesmo com os educadores, ao discutirem o tema da diversidade cultural. Nesse aspecto, o intuito é de promover nos espaços de sala de aula um ambiente prazeroso, enfatizando a importância da riqueza cultural em termos de hábitos, costumes, culinária, vestimentas de um povo, dentre outros elementos que visam à formação da nossa identidade étnica, e dessa forma, possa minimizar os efeitos do preconceito e discriminação racial principalmente, quando se fala em superioridade e inferioridade nos grupos humanos com relação a sua etnia, raça/cor. Uma abordagem relativa à valorização cultural de dimensão crítica, pode promover o ato de consciência racial nos espaços de convivência e contra a qualquer atitude racista.

Ainda relacionado ao currículo escolar, faz-se necessário que se revise a visão eurocêntrica e racista valorizando expressivamente os povos Europeus, e é importante que passe a conter na sua estrutura curricular a concepção do multiculturalismo, fazendo uma interação entre o processo educativo e as questões étnico – raciais, valorizando os aspectos históricos culturais dos povos africanos e indígenas, a sua identidade hábitos e costumes já que a temática racial é ausente ou não tão explicitamente apresentada no ambiente escolar. Segundo Silva (2021, p. 26).

“Sobre a defesa de um currículo multicultural, sua adesão nasce da constatação de que é no campo curricular que as tensões raciais adquirem uma de suas expressões máximas, na medida em que refletem o ideário de grupos raciais dominantes e se manifestam como narrativas com alto grau de racialização”.

A partir das indagações realizadas pelo pesquisador observamos que o currículo multicultural é uma das ferramentas que contribui para a minimização de conflitos entre os sujeitos de grupos étnicos diferentes, seus discursos e práticas curriculares estão centrados na resistência em valorizar a cultura de matriz africana.

Ainda no tocante ao multiculturalismo no contexto escolar, muitas dificuldades surgem em inseri-lo nos espaços de sala de aula principalmente no que se refere à inclusão de temas que revelam diversas culturas de povos no mesmo ambiente. Nós como educadores e profissionais da educação temos que ter a consciência que o ensino mudou e que precisa ser inovado nesse viés desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Hooks (2013) destaca a importância de se trabalhar o multiculturalismo na educação como um espaço de resistência a se trabalhar a partir de razões como: “muitos professores se perturbam com as implicações políticas de uma educação multicultural, pois tem medo de perder o controle da turma caso não haja um modo único de abordar um tema” [...] (HOOKS, p. 51). Sendo assim, um dos mecanismos a ser utilizado nesse processo educativo é o de formações para que os profissionais da educação possam desenvolver em sala de aula a temática racial e a diversidade cultural dos povos africanos.

Conforme Munanga (2005) [...]” a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de

superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados”.

Diante desse cenário, o interesse em pesquisar a temática das relações étnico-raciais, parte de cunho pessoal e da minha experiência como professor de Geografia na educação básica. Nesse contexto, do ponto de vista pessoal a questão racial me incomoda bastante quando vejo alguém tratar de forma diferente um sujeito apenas por uma questão do fenótipo, a exemplo da cor da pele ou traços do corpo.

Historicamente sabemos que desde o processo de colonização do Brasil houve tratamento diferenciado para os negros e os indígenas como uma mão de obra escrava dos grandes latifundiários. Esses povos tiveram sua força de trabalho e seus corpos escravizados. O que apontado nos estudos de Dominguez e Luz (2021, p.156)

Cada grupo étnico-racial constituiu-se e estruturou-se de maneira diferente ao longo de nosso território. Para os povos de origem africana, o final da escravidão e a linha temporal que marca estes mais de cem anos de liberdade até os dias vigentes, trouxeram reflexos e subsídios para a sociedade do século XXI.

É comum escutar em espaços sociais termos pejorativos referente aos povos afro-brasileiros e indígenas, notadamente: “aquele negrinho”, “a coisa tá preta!”, “amanhã é dia de branco”, “cabelo ruim” ou “cabelo duro”, “chuta que é macumba”, “cor do pecado”, “preto de alma branca”, “inveja branca”, “aquele índio”, “os índios” “preguiçosos”, “bonzinhos”, “perigosos”, “selvagem”, “só vive nu”, “tribo”, “é muita terra para pouco índio”.

A utilização dessas expressões racistas são antigas, é o que mencionam os pesquisadores sociólogo e economista Hasenbalg e Silva (1990) do ponto de vista educacional ao refletirem sobre as identidades étnicas no território brasileiro, identificaram que há uma relação de preconceito e superioridade da etnia branca em relação aos não brancos (pretos, pardos e indígenas) no que compete ao currículo escolar, ou seja nos discursos do livro didático o qual o negro é apresentado de forma preconceituosa e estereotipada, as dificuldades dos povos de etnia não branca no acesso a escola, o aumento do índice de evasão escolar e de repetência. Isso se dá devido a não inserção de uma política educacional efetiva que aponte a questão da valorização do povo afro brasileiro e a cultura da África.

Essa visão preconceituosa e colonizadora deve ser desmistificada nas relações humanas. É preciso deixar de colocar o branco num espaço de privilégio ou de destaque superior em relação ao negro, o indígena e os demais povos que sofrem processos de subalternidade. E trazem consigo efeitos do racismo do ponto de vista biológico que está centrado no fenótipo da cor e o estrutural que está relacionado a condição socioeconômica em que o sujeito se encontra, conforme Almeida (2019, p. 22) no processo de conceituação do termo racismo destaca que

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem. [...] O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo radicalizado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

Nesse sentido, o mito democracia racial ainda é bastante presente na sociedade brasileira na qual as pessoas ainda são vítimas do preconceito e da discriminação das raças e etnias e que após um longo período houve uma visibilidade e vem sendo realizado algumas ações de cunho político e educacional para combater o racismo.

Silva (2017) e Cardoso (2017) fazem menção nas suas pesquisas ao conceito de branquitude e a identidade étnica no Brasil. Para eles se faz necessário estudos referentes a esse tema em razão da dificuldade de se reconhecer e reparar as diferentes formas de desigualdade racial na sociedade brasileira.

A leitura desses textos e as discussões realizadas pelo Grupo de Pesquisa GESTAR- UFPB (território, trabalho e cidadania), contribuíram de forma significativa para que pudesse dar continuidade aos estudos sobre a temática das relações étnico-raciais, visto que é necessário dar visibilidade, e ao mesmo tempo, promover maior discussão no campo da educação que enfatizem a ruptura do racismo estrutural ainda presente no nosso cotidiano.

A minha trajetória de formação acadêmica e profissional me motiva bastante em desenvolver uma pesquisa sobre o tema das relações étnico-raciais no ensino de Geografia, pois sou Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, tendo concluído o curso no ano de 2013, o que me faz ter uma grande afinidade com esse estudo que se direciona a área temática da ciência geográfica e que perfaz a minha trajetória profissional como docente que teve início

no ano de 2015. Desde então, venho ministrando a componente curricular de Geografia nas instituições de ensino pública e privada no Ensino Fundamental II- anos finais da Educação Básica e como coordenador pedagógico de 2022 até o presente momento.

Como docente e coordenador de uma instituição escolar da rede pública municipal do Ensino Fundamental II me indagava muito quando chegava a questão por um informe da gestão escolar de que deveríamos trabalhar essa temática das relações étnico-raciais nas aulas de História e de Geografia, pois estava implícito nas leis que norteiam a educação e uma exigência do currículo escolar de trabalhar esse tema em sala de aula, isso sempre me deixava com dúvidas de como abordar esse assunto.

Me questionava, por que não havia uma formação continuada para que pudesse nos capacitar para desenvolver o tema nos espaços de socialização do conhecimento? Tendo em vista que é um tema complexo, subjetivo, que necessita de uma contextualização.

Em uma perspectiva histórica um dos documentos muito importantes que faz alusão a questão racial no Brasil é a constituição federal de 1988 que destaca no art. 5º inciso XLII evidenciando que o racismo é um crime inafiançável e imprescritível; outros pontos destacados nesse dispositivo legal são: o artigo 206 no inciso I - que garante que o ensino deverá estar centrado igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o artigo 210 que aborda em linhas gerais a questão dos conteúdos do Ensino Fundamental de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais e no § 2º é bem explícito que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”; os artigos 215 e 216 que sintetizam a valorização e a prática das manifestações culturais dos povos brasileiros indígenas e afro-brasileiros e por fim o artigo 242 que determina no § 1º “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”.

Na perspectiva de legislação referente ao combate do racismo surge a Lei Nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, a qual já faz menção aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e que dá subsidio para que sejam elaborados documentos no contexto escolar que possam estabelecer uma proposta educacional

antirracista valorizando o conhecimento histórico e cultural dos povos indígenas e africanos.

Nesse sentido, no campo da educação, os documentos norteadores que fazem referência ao currículo escolar e que contempla as relações étnico-raciais são os instrumentos legais como a lei 10639/2003 que tem como princípio a obrigatoriedade do ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica; e a lei 11645/2008 que além de contemplar o ensino da história cultural afro-brasileira, também inclui os povos indígenas no contexto escolar; a lei nº 12.288 de Junho de 2010, a qual estabelece o estatuto de igualdade racial o qual dá garantia a população étnica negra de igualdade de oportunidades em diversos setores da sociedade.

Dessa forma, a efetivação das políticas de ação afirmativa no Brasil ocorreu a partir da década de 2000. No dia 21 de março de 2003 foi criado a Secretaria Especial de Políticas de promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) visando reduzir a desigualdade racial ao longo da formação da população brasileira.

Destacamos ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) junto com a (SEPPIR). (DCN, 2004) que fundamenta a importância de se trabalhar os aspectos históricos e culturais dos povos africanos, após a apresentação dessas diretrizes no ano de 2006 foi sancionado um documento intitulado de orientações para a educação das relações étnico raciais que tem a finalidade de apresentar caminhos para o trabalho pedagógico com os conteúdos das relações étnico-raciais no âmbito escolar visando a construção de uma pedagogia antirracista da educação básica.

Outro dispositivo é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) que é um documento bastante utilizado para a construção do currículo escolar de esfera nacional e que a partir das competências e habilidades trabalham uma política educacional e estabelece que as ações pedagógicas deverão realizadas.

Como é destacado nos estudos de Campos e Nascimento Junior (2024) há uma carência de pesquisas sobre esse assunto no âmbito da Geografia, com vistas à promover uma política educacional antirracista e efetiva para combater o racismo na escola. O fio condutor para a realização dessa pesquisa, é a abordagem dos conteúdos das aulas de Geografia do Ensino Fundamental II referente as questões étnico-raciais.

Essa pesquisa tem como lócus de reflexão a E.M.E F. Agripino Ribeiro, situada no Município de Araçagi-PB, partimos da seguinte questão norteadora: De que forma se desenvolve o tema das relações étnico-raciais nessa escola?

Traçamos as seguintes questões secundárias:

- Qual(is) marcos regulatórios fazem referência à educação das relações étnico raciais e que visam uma educação antirracista?
- De que forma é abordado o tema das relações étnico-raciais no Livro didático de Geografia do Ensino Fundamental II – anos finais adotado na Escola objeto de estudo dessa pesquisa?
- Qual(is) as práticas pedagógicas dos docentes da componente curricular de Geografia referente a uma educação decolonial e antirracista e as práxis exercidas por esses na E.M.E.F. Agripino Ribeiro Filho?

Diante do exposto, desenvolvemos a referida pesquisa como contribuição para a escolas públicas e privadas do município de Araçagi-PB de forma que os profissionais da Educação, os gestores escolares e os docentes possam refletir sobre as suas práxis pedagógicas e repensar sobre essas ações no que compete ao currículo escolar e o seu cotidiano.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar o desenvolvimento do tema das relações étnicos raciais no âmbito escolar e no ensino de Geografia com ênfase na educação básica, etapa do Ensino fundamental II, na E.M. E. F. Agripino Ribeiro Filho, situada no município de Araçagi-PB.

2.2 Específicos

- Analisar os marcos normativos que norteiam a proposta de uma política educacional das relações étnico-raciais a partir dos conteúdos geográficos como uma ferramenta educativa e com vistas à uma educação antirracista;
- Refletir sobre a temática das relações étnico raciais no livro didático da Componente Curricular Geografia do Ensino Fundamental II adotado pela escola pesquisada;
- Apresentar as práticas educativas desenvolvidas pelos docentes que fazem inferência a proposta da Educação das Relações Étnico-Raciais e a promoção de uma educação antirracista.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os direcionamentos metodológicos partem de uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (2009) nesse tipo de pesquisa, o pesquisador se baseia em informações as quais pode ou não deveria ser quantificado, trazendo assim uma confiabilidade maior em relação aos dados obtidos em campo. “Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009 p. 21). pois recorreremos a um levantamento bibliográfico, uma pesquisa refinada e documental, trabalhos de campo. A partir de instrumentos como diário de campo e entrevistas semiestruturadas, ainda nos ancoramos em Minayo (2009) para descrever essa técnica de pesquisa “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2009 p. 64), com roteiro previamente elaborado, investigamos e refletimos sobre a temática proposta das relações étnico-raciais no âmbito educacional com ênfase na Geografia.

Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico preliminar de textos referente ao tema investigado para dar subsídio teórico a pesquisa, utilizando-se de obras técnico-científicas como livros e revistas científicas. Nos apoiamos inicialmente em: Gonzalez e Hasenbalg (1982) na ânsia de compreender o lugar que os povos negros ocupam na sociedade; Munanga (1988) para entender o conceito de raça; Hasenbalg e Silva (1990) que enfatizam nos seus estudos a questão racial nos espaços escolares com destaque para o Brasil; Adichie (2009) que faz uma reflexão nos seus escritos sobre as expressões racistas e a forma como as pessoas veem o continente africano; Hooks (2013) para conceituar o termo educação antirracista; Ribeiro (2017) que enfatiza nas suas pesquisas a questão racial e a igualdade de gênero; Silva (2017) e Cardoso (2017) para compreender o conceito de branquitude e a identidade étnica; Almeida (2019) que nas suas pesquisas apresenta o conceito de racismo e suas principais formas encontradas na sociedade com destaque ao racismo estrutural; Marques et al. (2021) que caracteriza a questão dos movimentos negros no Brasil e a contribuição de Lélia Gonzalez nos estudos raciais e o empoderamento do gênero feminino; Campos e Nascimento Júnior (2024) por esses fazerem uma análise do tema relações étnico-raciais na BNCC e a sua abordagem nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental II.

Posteriormente, partimos para uma pesquisa refinada e documental nos acervos digitais de Sítios eletrônicos de Universidades e de órgãos da educação e legislações da área da educação, livros digitais, relatórios de pesquisa, monografias defendidas, as fontes de pesquisa foram o google acadêmico, Scielo, dentre outros. Destaca-se que as fontes documentais e bibliográficas são de domínio público, ou seja, pode ser consultada por qualquer pesquisador. A partir das palavras-chave: educação e relações étnico raciais

Nos ancoramos em Munanga (2005) que aponta na apresentação do seu escrito a importância da educação como uma das ferramentas para combater/minimizar o efeito do racismo na sociedade; Carth (2007) que evidencia ações no campo da educação sobre as políticas públicas da educação das relações étnico-raciais; Souza e Machado (2022) que discute a análise de conteúdos geográficos das relações étnico-raciais que podem desmistificar as relações raciais e os estereótipos sobre os negros advindos de um racismo estrutural.

Analisaremos, ainda, os marcos regulatórios das políticas Educacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) aos seguintes dispositivos legais: a Constituição, estatuto racial, e as DCNS, Leis Diretrizes e bases da Educação – LDBN Lei 9.394/96; Lei 10639/2003 e a Lei 11645/2008 que as mesmas tem como finalidade a obrigatoriedade do Ensino da História cultural do povo afro-brasileiro no contexto escolar; A BNCC (2018) que destaca as habilidades e competências das relações étnico-raciais no campo educacional; O Projeto Político Pedagógico (PPP, 2024) da Escola para analisar a forma como está sendo abordado o tema das relações étnico-raciais.

Após a leitura e fichamento dos referenciais bibliográficos e documentais, realizamos trabalhos de campo com a finalidade de caracterizar a escola, tais como: observações, conversas informais e aplicação de um questionário com a gestora escolar o qual abordará questões do tipo: Quais são as condições físicas da escola, a instituição de ensino tem biblioteca? Como é utilizada? E quais as condições? a escola dispõe de laboratório de informática ou recursos tecnológicos, como data show para serem utilizados pelos Docentes nas aulas? A instituição de Ensino tem o Projeto Político Pedagógico? E este encontra-se atualizado? Quantos professores ensinam geografia? E sua formação acadêmica corresponde a componente curricular que ministra.

Outro caminho realizado foram as entrevistas estruturadas e semiestruturadas com um roteiro prévio com questões que abordaram a temática das relações étnico-raciais nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental II, por isso optou-se por selecionar como colaboradores desta pesquisa, entrevistar três docentes da escola que lecionam a componente curricular de Geografia.

Buscamos analisar um livro didático de Geografia adotado pela escola que foi o Araribá Conecta Geografia (7º ano) trata-se de uma obra coletiva, concebida e desenvolvida pela Editora Moderna, tendo como editor responsável Cesar Brumini Dellore (2022), a escolha por esse livro da coleção e a série específica se deu por conta de ser um livro que mais aborda o tema das relações étnico-raciais, as demais séries não apresentam os conteúdos dessa temática e quando falam é muito pouco.

De acordo com a BNCC (2018) no 7º ano o objeto de conhecimento que discute a temática das relações étnico-raciais é **as características da população brasileira**, na habilidade (EF07GE04) analisar a distribuição da população brasileira, considerando a diversidade étnico cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como os aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.

Nos demais anos há um destaque dos objetos de conhecimento com possibilidade de abordar na sala de aula a questão racial: no 6º identidade sociocultural na habilidade (EF06GE02) Analisar modificações das paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários; no 8º ano a distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais, na habilidade (EF08GE01) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes; no caso do 9º ano o objeto é as manifestações culturais na formação populacional e a habilidade (EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.

Dessa maneira conseguimos observar que esses temas na BNCC no 6º, 8º ano e 9º ano podem ser trabalhados a partir de palavras-chave que estão relacionadas a temática racial e Souza e Machado (2022) conseguem destacar a mesma situação e apontam nos seus estudos as possibilidades de abordagem desse tema nas demais série do Ensino Fundamental nas aulas de Geografia.

Utilizamos para a análise do livro os caminhos propostos por Pontuschka (2007) que propõe isso a partir de alguns critérios de análise: capa, autores, público, apresentação do livro, índice e estrutura do livro, diagramação, imagens, representações gráficas e cartográficas, proposta teórico-metodológica, linguagem, atividades e bibliografias. E nos apoiamos em Martins e Pureza (2020) para fazer uma análise do tema das relações étnico-raciais na obra em estudo, fazendo uma interligação com o que está exposto na BNCC e sua aplicabilidade no cotidiano dos discentes.

Capítulo 1: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONCEITOS, MARCOS NORMATIVOS NUMA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E GEOGRÁFICA

Esse capítulo tem o propósito de discutir a questão racial, tendo como base conceitos e temas utilizados na literatura para compreender as relações entre os povos negros e indígenas. Também faz uma breve discussão sobre os documentos normativos que estabelecem uma política de inserção da temática das relações étnico raciais nas legislações e quem devem ser adotadas pelas unidades de ensino, sob a ótica de uma educação antirracista e que visam minimizar os efeitos do preconceito e segregação racial, enfatizando a história e a cultura dos povos afrodescendentes.

Um outro ponto que será destacado são os conteúdos de geografia que são abordados em sala de aula alinhados a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelecem uma integração de saberes e que tem como finalidade, propor a partir da ciência geográfica, mecanismos de combate a práticas racistas na sociedade. Tais marcos, serão tratados à luz do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Agripino Ribeiro Filho em Araçagi- PB.

1.1 Refletindo a temática das relações étnico-raciais

No que se infere ao conceito de raça, utilizamos Munanga (1988) na sua obra negritude: Uso e sentidos, a faz inferência ao termo **raça** do ponto de vista biológico ou racial a partir da diferenciação entre os povos brancos e negros. Ao longo de sua reflexão sobre o conceito, o autor chama atenção para a atribuição dada pelo fenótipo da cor da pele, dos olhos, da aparência, o tipo de cabelo, construto do processo de inferiorização do negro nos diferentes espaços da vida social seja a partir do conhecimento intelectual, nos espaços escolares, no campo de trabalho

A figura do negro foi sendo construída ao longo do tempo como sendo um ser primitivo, inferior e dotado por uma mentalidade lógica, e como o ser humano assumindo um papel de sempre justificar as suas ações e comportamento e a sua condição social no mundo atual. Como menciona Munanga (1988):

A opinião ocidental cristalizara-se e admitia de antemão a verdade revelada negro = humanidade inferior. À colonização apresentada como um dever, invocando a missão civilizadora do Ocidente, competia a responsabilidade de levar o africano ao nível dos outros homens. No máximo, foram reconhecidos nele os dons artísticos ligados à sua sensibilidade de animal superior. (MUNANGA,1988, p. 7):

Nesse sentido, o período colonial é a fase em que marca o surgimento das relações desiguais étnicas, pois os povos negros vitimizados pelo preconceito dos colonizadores, foram coagidos a exploração da sua força física no trabalho, preconceitos raciais e aos estereótipos.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a forma como Munanga (1988) define o termo negro associado ao caráter biológico ou racial atribuindo-se a raça negra- consciência de pertencer a ela, ou seja o sentimento que liga todos irmãos negros e faz com que exista uma identidade comum desses povos.

No campo da educação um dos pontos que é de destaque por Munanga (1988) é que os negros foram privados de frequentarem as escolas tradicionais e que os filhos desses tinham que aprender o conhecimento do colonizador.

Nesse aspecto, os livros utilizados que abordavam um mundo totalmente diferente do seu, com os personagens loiros de olhos azuis, uma geografia muito distante do seu cotidiano sem falar os aspectos do continente africano, a religiosidade sendo obrigados a acreditar no cristianismo e as suas religiões de matriz africanas eram interpretadas pelos colonizadores como sendo feitiçaria ou bruxaria e alguns dos seus instrumentos culturais foram confiscados por esses pela força física para que esse conhecimento não chegassem a outras pessoas da sociedade.

Em relação a essa disparidade racial no acesso dos africanos a Educação, os pesquisadores Hasenbalg e Silva (1990) revelam que a probabilidade de uma criança/ aluno preto de frequentar a escola é bem menor do que a branca, pois isso depende da sua condição econômica e dos seus familiares. É comum que as primeiras formas de etnia estejam em um local desfavorecido à mercê da pobreza, da miséria e desigualdade social o que faz com que estas não tenham destaque no campo educacional.

O pesquisador Munanga (1988) aponta para o surgimento da uma teoria “embranquecimento do negro realizar-se-á principalmente pela assimilação dos valores culturais do branco. Assim, o negro vai vestir-se como europeu e consumirá

alimentação estrangeira, tão cara em relação a seu salário”. E essa situação permanece até os dias atuais, pois são vestígios do processo de colonização.

Ainda sobre a teoria do embranquecimento destacadas nas ideias de Munanga (1988) é a do erotismo afetivo “são relações sexuais entre a mulher negra ou mestiça com o homem branco e vice-versa. A questão do sexo misto já era objeto de falsa especulação científica no século passado”. Desde esse período que se mantém a concepção de preconceito que perpetua nos dias atuais sobre os povos mestiços do ponto de vista físico e moralmente.

Adichie, (2009) no texto o perigo de uma história única, faz uma reflexão sobre expressões racistas em uma das suas falas quando menciona que a maioria dos livros que lê britânicos e americanos os personagens são descritos como “brancos e de olhos azuis”, é notório a sua visão limitada por fazer a leitura de obras como essa. questiona sobre a existência de personagens com essa característica desse tipo fenótipo, nos livros africanos que são de pouco acesso e a pesquisadora consegue romper o paradigma que só existe uma única história sobre o que são os livros.

Esse trecho sintetiza a ideia de Adichie, (2009) em refletir sobre o auto reconhecer “Eu percebi que pessoas como eu, meninas com a pele da cor de chocolate, cujos cabelos crespos não poderiam formar rabos de cavalo, também podiam existir na literatura”. E a partir daí ela começa a exercer o ato da escrita sobre as coisas que reconhece como africana e destaca a sua vivência no seu cotidiano como uma autenticidade africana.

Outro ponto identificado na obra é sobre a África, ou seja, a autora enfatiza a forma como as pessoas veem esse continente, “cheio de catástrofes, miséria, pobreza, doenças como a Aids (HIV) invés de valorizarem os aspectos naturais, faunístico, florístico, os elementos culturais dos povos africanos destacando a sua identidade. Sendo assim, o referido continente é reduzido a uma história de pobreza, conflitos e doença, sem fazer uma reflexão da complexidade e da diversidade desse. E apenas quando a escritora, a partir do processo migratório, passa a viver nos EUA é que consegue perceber os efeitos do contato desde a sua infância. Segundo Adichie, (2009):

Se eu não tivesse crescido na Nigéria, e se tudo que eu conhecesse sobre a África viesse das imagens populares, eu também pensaria que a África era um lugar de lindas paisagens, lindos animais e pessoas incompreensíveis, lutando em guerras sem sentido, morrendo de pobreza e AIDS, incapazes de falar por eles mesmos e esperando serem salvos por um estrangeiro branco e gentil. (ADICHIE, 2009 p. 2)

Desse modo textos como esse são de fundamental importância para que os cidadãos tenham uma visão diferenciada sobre o continente africano, as suas belezas cênicas, a cultura de um povo, valorizando-os e não se limitando apenas a uma visão colonial do estado africano percebendo que a história é totalmente diferente. Em síntese a autora coloca em destaque romper os estereótipos e promover uma complexa compreensão da África e suas culturas.

Fazendo menção ao que ocorre no território brasileiro no caso dos povos indígenas, a sociedade tem uma visão limitante e enxergam esses povos como preguiçosos no campo de trabalho e num lugar de inferiores culturalmente e socialmente nos discursos da sociedade colonial, assim como ocorre com os afrodescendentes que seguem como desprezados e subalternizados. Portanto, mantém-se a hegemonia do colonizador perante os colonizados comprovando a desigualdade racial existente no país.

No decorrer dessa pesquisa, podemos perceber que existem vários debates no campo da questão racial sobre a definição do termo racismo, mas nos apoiamos no conceito de Almeida (2019) na sua obra racismo estrutural que além de mencionar a sua definição destaca as principais formas de racismo encontradas na sociedade. Para o referido autor: “Racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (2019, p.15). Nesse trecho ele afirma que o racismo está ligado a uma concepção da sociedade no ponto de vista político e econômico. Um outro aspecto a ser elencado é referente os tipos de racismo que o referido autor aponta que existe que são: o individualista, institucional e o estrutural essas concepções de racismo se baseiam em alguns princípios: a relação entre racismo e subjetividade; relação entre racismo e Estado e relação entre racismo e economia.

O racismo na **concepção individualista** apresenta as seguintes características: refere-se a uma patologia ou anormalidade. Isso significa dizer que esse é um fenômeno de cunho ético ou psicológico do tipo individual ou coletivo o qual é atribuído a grupo isolados. Seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações,

por exemplo – ou penais (ALMEIDA, 2019 p.25). Desse modo, o referido pesquisador não atribui essa concepção ao racismo propriamente dito, mas uma forma de preconceito no viés da natureza psicológica em virtude da sua natureza psicológica.

Uma outra concepção do racismo destacada pelo autor é a **institucional** essa abordagem trouxe resultados de grande relevância no campo das relações raciais, pois o racismo em si não corresponde a uma prática puramente de comportamentos individuais, mas o resultado de funcionamento das instituições as quais fazem uso de uma dinâmica embora que indiretamente, mas que traz desvantagens e privilégios com base na raça. Trazendo consigo a ideia do racismo nas relações raciais centrada no poder, ou seja, na dominação o que é destacado na seguinte citação:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. (ALMEIDA, 2019 P.27)

Nesse sentido, pode-se observar que essa forma de dominação de “homens brancos” como é colocado pelo estudioso mencionado anteriormente vem ocorrendo em instituições públicas a exemplo, as reitorias das Universidades, o Ministério público, entre outros e em instituições privadas, no caso da direção de empresas que dificultam a ascensão de negros e a ausência de espaços em que hajam discussões sobre a desigualdade racial. Promovendo assim o domínio de um grupo formado por “homens brancos.

O racismo do ponto de vista **estrutural** na visão de Almeida (2019) esse se apresenta de forma individual e processos institucionais. Sendo assim esse caracteriza devido a sua própria estrutura social e não necessita da intenção para manifestar-se a qual permeia as relações do tipo política, econômica, jurídica e até familiares. O que nos faz a refletir sobre as mudanças nas relações sociais, políticas, econômicas e de que a questão da normatização de leis de combate ao racismo, ainda não é suficiente para que a sociedade de forma geral deixe de reproduzir a desigualdade racial no seu cotidiano. Diante do exposto, pode-se enfatizar que o racismo estrutural pode ser colocado em prática a partir de um processo político e histórico.

Sob a ótica do processo político o racismo é mencionado por Almeida (2019) como um processo de discriminação que altera a influência da organização da sociedade a partir do poder político, sendo assim surge o termo de “racismo reverso seria uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às majorias” (ALMEIDA, 2019 p. 35). Em síntese a ideia dessa prática racista é de que a utilização desse termo serve apenas para deslegitimar as demandas de política por igualdade racial.

Em relação ao racismo sob a perspectiva histórica o qual tem como princípio a formação social e que esse se manifesta de forma circunstancial e específica; em conexão com as transformações sociais em decorrência a isso Almeida (2019) aponta que no racismo as características biológicas ou culturais são de grande relevância nas questões de raça/gênero em determinadas situações históricas, políticas e econômicas. Diante do exposto se faz necessário compreender as classificações raciais não apenas no comportamento individual ou de grupos, mas no desenvolvimento de políticas estatais ou não estatais.

Para as discussões sobre antirracismo nos apoiamos em Hooks (2013) quem em seu livro ensinando a transgredir, questiona a sociedade racista a promover a justiça racial nos diversos espaços de seu convívio ou não sem haver segregação por uma questão de etnia diferente da sua.

Na ânsia de compreender essa visão de uma educação antirracista tomamos como base Hooks (2013) quando afirma que: “A educação progressiva e holística”, “a pedagogia engajada”, é mais exigente que a pedagogia crítica ou feminista convencional” (HOOKS, 2013 p. 28). Nessa frase é possível comprovar que a educação engajada (educação antirracista) a qual a autora fala é que a educação é um mecanismo de não apenas identificar e criticar os problemas sociais ou raciais, mas essa deve ser um processo dinâmico em que todos se envolvam ativamente de uma forma justa sem haver desigualdades socio econômicas e raciais.

Na literatura muito se tem falado sobre a questão do lugar que os povos negros ocupam na sociedade e na ânsia de entender como se dá tal fato, nos apoiamos na obra “ **Lugar de Negro**” de Gonzalez e Hasenbalg (1982) na qual ambos pesquisadores além de levantarem esse ponto nos textos escritos por eles ainda apontam a questão da democracia racial como sendo algo utópico na qual consiste em dizer que o racismo ainda é presente na sociedade e os negros ainda sofrem bastante essa mazela de invisibilidade assim como colocam os referidos

autores embora que seja menos frequente, mas essa problemática ainda tem destaque na sociedade e conhecer um pouco do Movimento Negro.

Na parte introdutória Gonzalez (1982) expõe a questão do golpe de 1964 e a ditadura militar, buscando compreender a relação da população negra durante esse período conhecido como “milagre econômico”. E o primeiro lugar a ser colocado o negro entre as décadas de 1950 e 1960 é do ponto de vista do trabalho a força física no setor industrial, na construção civil, por ser uma mão de obra barata e desqualificada, a prestação de serviços (limpeza urbana, serviços domésticos, correios, transportes urbanos e entre outros), fazendo com isso que esses não conseguissem vivenciar melhores postos de trabalho, ditos de prestígio social.

Uma outra reflexão que Gonzalez (1982) faz corresponde ao período da fase colonial e se perdura até os dias atuais no Brasil a qual consistia em uma divisão entre as classes raciais os dominadores (os brancos) e os dominados (negros) e assim ela caracteriza uma divisão dos espaços físicos ocupados por eles. Gonzalez, 1982:

[...] O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 1982, p. 15).

Diante, do exposto, conseguimos observar na fala de Gonzalez (1982) uma líder ativista, a sua indignação e insatisfação pois, apesar em de muito ter ser falado no mito da democracia racial, dizendo que não lugar de privilégio entre as etnias da população é uma visão equivocada porque os brancos ainda vêm ocupando essa posição em maioria termos de educação, moradias, no campo do trabalho e apenas uma pequena parcela dos povos africanos é que tem ganhado alguma visibilidade.

Na visão de Hasenbalg (1982) ainda reforçando essa ideia do mito da democracia racial baseando-se nos escritos de Freyre consiste em ir contra o preconceito e a discriminação racial, dando as mesmas oportunidades e acesso aos povos afro-brasileiros como podemos identificar no trecho a seguir “[..] levou a formular a noção de democracia racial. A consequência implícita da ideia é a ausência de preconceitos e discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais

oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos (FREYRE ,1930 apud HASENBALG, 1982 p. 84).

Um outro ponto de grande relevância que Hasenbalg (1982) afirma no escrito é a forma como se dá as desigualdades raciais no Brasil em duas vertentes elencadas na afirmação a seguir:

Dois fatores principais, ambos relacionados à estrutura desigual de oportunidades de mobilidade social depois da abolição, podem ser identificados como os determinantes das desigualdades raciais contemporâneas no Brasil: a desigual distribuição geográfica de brancos e negros e as práticas racistas do grupo racial dominante. (HASENBALG, 1982 p. 90).

Nota-se que ainda sob a luz do conhecimento do autor mencionado anteriormente essa segregação do ponto de vista geográfico dos dois grupos raciais ocorre por conta do regime escravista, a política de imigração europeia tendo grande ênfase na região sudeste, o que ocasionou a segmentação do trabalho e o fim do escravismo.

Utilizamos a obra “O que é lugar de fala?” Ribeiro (2017) uma ativista feminista para compreendermos a questão da desigualdade de gênero, principalmente aos estereótipos em que a mulher negra que é inferiorizada no mundo do trabalho, ocasionados pela questão do poder mencionado pela referida pesquisadora, em virtude de historicamente ao que vem sendo apresentado na literatura e implicitamente nessa obra o lugar da/o negra/ o na sociedade de forma de invisibilidade frente ao sistema capitalista.

Nos chamaram atenção quando Ribeiro (2017) reflete sobre o lugar de fala, confrontando argumentos de estudiosos como Hekman como uma forma individual e não de forma coletiva havendo uma reflexão dos indivíduos compartilhamento de experiências vivenciadas por diferentes grupos. Sendo assim, diante desse cenário Ribeiro (2017) faz uma crítica a esse argumento, fazendo uma comparação com um exemplo palpável no Brasil, no seguinte trecho:

No Brasil, comumente ouvimos esse tipo de crítica em relação ao conceito, porque os críticos partem de indivíduos e não das múltiplas condições que resultam nas desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados. As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. (RIBEIRO, 2017 p. 36).

Na citação mencionada anteriormente, é possível elencar que o pensamento da autora levanta os seguintes pontos: as condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções e em xeque é colocado um questionamento pela mesma “quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram?” diante do exposto, entendemos que essas indagações são resultantes do lugar social que ocupam e impedem que os povos negros tenham acesso a certos espaços.

Um outro fato que devemos salientar em Ribeiro (2017) é sobre a questão das mulheres negras no Brasil no tocante aos lugares que estas vem ocupando, notadamente no alto índice de feminicídio, a maioria delas exercem o trabalho doméstico e são obrigadas a serem as chefes de famílias responsáveis pela criação dos filhos, em regra geral ocupam um local na sociedade de forma desigual.

Desse modo, a concepção desse lugar de fala é muito importante para que possamos utilizar em discussões em diversos espaços públicos referente a questões de desigualdade racial, sexismo, racismo desigualdade social e dentre outros.

No campo bibliográfico utilizamos Marques et al. (2021) para compreender um pouco sobre a questão dos movimentos negros que surgiram no Brasil, o qual as referidas pesquisadoras mencionam, com base nos estudos biográficos sobre a vida e obra de Lélia Gonzalez, pesquisadora que se destaca nos estudos raciais e de gênero no Brasil e é percussora de alguns desses movimentos participando de forma direta, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), no contexto da ditadura militar um período compreendido entre 1964/85, com o empoderamento do gênero feminino nas questões que envolvem as relações étnicos raciais, o seu comprometimento com a educação e com as pautas sociais.

No decorrer da sua trajetória pessoal e profissional Gonzalez (1982) se depara com a categorização do negro no lugar de inferiorizado, o que conforme Marques et al. (2021) ressalta nesse mesmo estudo da referida autora estão os processos de organização desses povos negros, os quais consistem na resistência e combate as opressões dentre eles estão:

- 1931: 1ª Frente Negra Brasileira
- 1945: Clube Negro de Cultura Social
- 1960: Teatro Experimental do Negro
- 1970: Grupos de Jovens Negros (Soul e Black Rio)
- 1975: Semana dos Estudos sobre o Negro na Formação Social Brasileira, promovido na UFF (GT André Rebouças)
- 1976: Centro de Estudos Brasil-África
- 1976: Curso de Cultura Negra no Brasil
- 1978: Cadernos Negros
- 1978: Movimento Negro Unificado – MNU

Dentre os movimentos mencionados anteriormente iremos dá ênfase ao Movimento Negro Unificado destacado por Gonzalez (1982) o qual tem como objetivo lutar contra a discriminação racial e que passou por muitas lutas e reivindicações para que os povos negros não sofressem qualquer tipo de racismo e traz consigo um dos marcos históricos que após várias reuniões, assembleias e demais eventos é institucionalizado o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra em homenagem a um dos grandes líderes negros Zumbi dos Palmares, responsável para estabelecer uma primeira e única tentativa de uma sociedade democrática em que todos os povos independente da sua etnia (brancos, índios ou negros) tivessem avanços na esfera política e social.

Uma reflexão sobre esses movimentos sociais negros é mencionada por Souza e Machado (2022) que tiveram um forte expoente nas décadas de 1970 e 1980, apontavam manifestações e reivindicações em políticas educacionais para a população negra na área de ensino, com a inserção da temática racial e a história da África nos currículos escolares tendo em vista a amenizar as práticas racistas.

1.2 Marcos normativos, a Educação das Relações Étnico-raciais e uma Educação Antirracista na Perspectiva Geográfica:

Essa seção faz menção a uma abordagem referente aos principais marcos legais que norteiam a política educacional brasileira das relações étnico-raciais e a questão racial Brasil no tocante a legislação em termos jurídicos, apresentando o dispositivo legal da constituição Federal de 1988 que fala sobre o tema da questão racial no Brasil, que como afirma Marques et al., 2021: [...] “marcado pela promulgação da Constituição de 1988, conferiu ânimo aos movimentos sociais, principalmente em relação a movimentos voltados à defesa de uma cultura de respeito à diversidade e à afirmação da cultura negra”. E assim foram surgindo novos dispositivos legais que marcam a história das relações étnico raciais no Brasil e são descritos no decorrer do texto.

A Lei Nº 7.716/1989 enfatiza os crimes preconceito de raça ou de cor; a importância de se destacar no currículo escolar o saber histórico e cultural dos povos afro-brasileiros que contribuíram para a formação da população brasileira, as conquistas e avanços que esses povos tiveram na sociedade utilizando-se da educação como uma ferramenta transformadora.

Outro ponto a ser destacado nessa seção será sobre a construção do currículo escolar tendo por elementos norteadores: A lei 10.639/2003 que enfatiza a obrigatoriedade de ser trabalhado nas escolas a temática dos povos africanos e afro-brasileiros; a lei 11645/2008 complemento da lei anterior acrescentando os povos indígenas no contexto escolar em todos os níveis de ensino.

Nos estudos de Gomes (2012) ela ressalta que a partir das suas experiências e discussões com outras docentes passou a refletir sobre a lei 10.639/2003 levando argumentos consolidados de uma lei que não compete apenas a uma normatização e obrigatoriedade de inserir no currículo a história e a cultura dos povos negros, mas sim resultado de uma ação política e da luta de um povo e ainda acrescenta que isso não é só um questionamento levantado por ela, mas que por outros profissionais da educação e que possa despertar: “o desejo de conhecer, compreender e experienciar a cultura negra e buscar caminhos diversos para tal, que não somente o conteúdo livresco “(GOMES, 2012 p. 103). A partir dessa discussão levantada pela pesquisadora pode-se comprovar que a temática das relações étnico-raciais não deve ser enfatizada apenas nos espaços de aula de

forma teórica, mas sim de forma prática para o fortalecimento da história desses povos, sua cultura e contribuição para o povo brasileiro e o fortalecimento das relações humanas.

Diante do surgimento dessa legislação e por se tratar de um elemento novo a ser incorporado na Educação, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) através do decreto nº 5.159, de 28 de Julho de 2004 como é destacado por Carth 2017, esse órgão criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a finalidade de se ter uma melhor compreensão e aplicabilidade dessa lei.

No decorrer da trajetória educacional foi comprovado que havia uma limitação nas questões tratadas pelo órgão mencionado anteriormente e viu-se a necessidade no ano de 2011 acrescentar o termo “Inclusão” e passa a ser denominada como Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), segundo Jakimiu (2021) destaca que essa secretaria tem como ponto forte nas políticas educacionais fortalecer o acesso à escolarização e à participação de todos os educandos minimizando as desigualdades educacionais. Atuando em diversas áreas como: alfabetização de jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, educação em áreas remanescentes de quilombos, educação nas relações étnico-raciais, educação em direitos humanos e educação especial. Além de complementar a formação inicial e continuada dos educadores e a elaboração de material didático para cada uma das áreas de conhecimento enfatizada pela autora em questão e que contribuía de forma positiva na esfera educacional.

Ainda na pesquisa desenvolvida por Jakimiu (2021) ela evidencia conforme p decreto 9.465/2019 que estabelece a extinção da SECADI o que trouxe pontos negativos no campo educativo no que compete a promoção da equidade, do fortalecimento da educação, além de fragilizar os aspectos da constituição de 1988 que visa uma sociedade mais justa e igualitária e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 que aponta no artigo 2º a questão da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e um dos pontos destacado por essa legislação que é foco desse estudo é a diversidade étnico-racial.

Dessa forma, a situação exposta demonstra as fragilidades que existem com a extinção da SECADI no que corresponde a questão de se trabalhar na sociedade principalmente com a diversidade étnico cultural e de incluir essas pessoas num

ambiente em que se sintam acolhidas e protagonistas da sua própria história e exporem a suas manifestações culturais de forma harmônica e minimizando os efeitos do preconceito.

No ano de 2023, com a mudança de governo presidencial em uma de suas metas o presidente Lula reinstala a SECADI por meio do decreto nº 11.342 /2023 e essa secretaria retoma a realizar as suas ações para a Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos integrando as discussões sobre a questão de gênero.

Um outro avanço no que se infere as políticas voltadas educação das relações étnico raciais foi o surgimento da lei 11.645/2008 que trouxe na sua essência uma ampliação com a inserção dos povos indígenas no campo educacional. Conforme Carth (2017) a referida lei inclui como obrigatoriedade do ensino de história a cultura indígena, alterando apenas um dos parágrafos desta e continua em validade para ser aplicada nas escolas.

Essas legislações brasileiras graças as reivindicações dos movimentos sociais contribuíram de forma significativa, para que pudesse ter avanço na educação com a inserção dessas temáticas no currículo escolar o que trouxe uma visibilidade maior para temas como a questão racial e as relações étnico-raciais. Segundo Marques, et al. (2021):

Essa legislação é considerada um avanço no atendimento a reivindicações dos movimentos sociais e para a educação brasileira, ao inserir essas temáticas como obrigatórias nos programas curriculares. Assim, temos que a questão étnico racial e a busca por igualdade foram reconhecidas como uma política de Estado. (MARQUES, et al. 2021 p. 10)

As políticas afirmativas para a população negra no Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais; as orientações educacionais para se trabalhar essa temática na etapa do Ensino Fundamental II foco desse estudo enfatizando as ações pedagógicas que podem ser realizadas pelos profissionais da educação para valorizar as manifestações culturais do povo afro-brasileira visando promover uma educação antirracista.

No ano de 2004 o Ministério de Educação e Cultura (MEC), elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana Brasil – (DCNERER), a

qual representa um grande marco na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil em luta da igualdade racial.

Essas diretrizes instituídas pela resolução CNE/CP nº 01/2004, a qual enfatiza que ambas tem a finalidade de orientar a formulação de projetos e práxis pedagógicas que tragam na sua essência a valorização da história e da cultura dos povos afro-brasileiros e dos africanos, além de estabelecer um comprometimento com a Educação das relações étnico-raciais, em termos dos conteúdos a serem trabalhadas nas instituições de ensino em todos os níveis e etapas da educação básica. Dessa maneira:

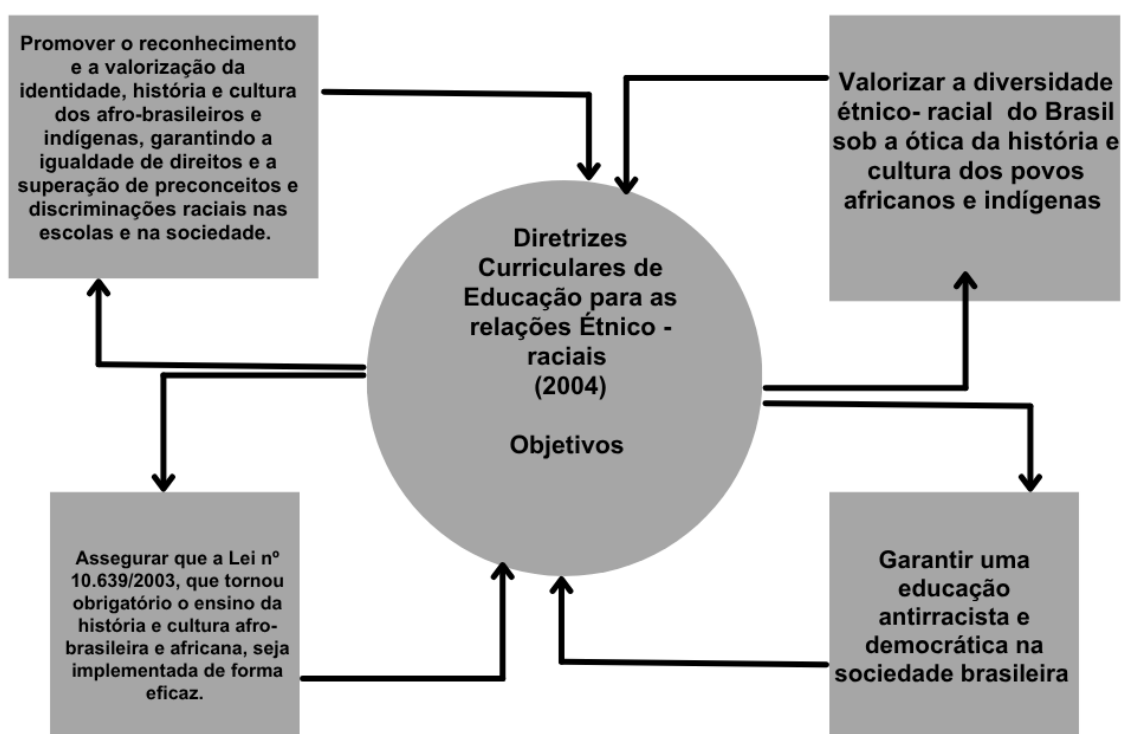
Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.(DCNERER, 2004 p. 10)

Consequentemente a implementação dessas diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais nos espaços educativos por componente curricular é um grande desafio como é apontado por Souza e Machado (2022) ao fazer uma reflexão sobre “o reconhecimento da existência de negros e negras é grande parcela da população brasileira e da existência do racismo na manutenção da desigualdade social [...] princípios esse tanto na questão que é colocado por esses autores como na lei 10.639/2003 que são políticas públicas que surgem para valorização desses povos e pelas suas lutas a partir dos movimentos sociais negros de conseguirem um lugar de representatividade na sociedade. Por isso os docentes ao trabalharem esse tema em suas aulas é recomendado que se tenha um discurso interdisciplinar para que esse diálogo seja enriquecido e de grande contribuição na vida desses estudantes fortalecendo esses laços entre a família e a comunidade a qual eles pertencem promovendo assim a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

No tocante em relação aos objetivos das DCNERER (2004) conforme a figura (1) estão sistematizados em gerais e específicos e que na sua essência trazem uma discussão a respeito da valorização dos povos de origem africana e indígena

principalmente que são foco desse estudo que trazem a sua contribuição no processo de formação do Brasil e a distribuição da sua população nas raízes históricas e culturais dos mesmos, e também elencar a importância de se ter uma sociedade sob os moldes de uma educação antirracista desmistificando o mito da democracia racial.

Figura 1- Sistematização dos principais objetivos das Diretrizes Curriculares educacionais para as relações étnico-raciais



Fonte: DCNER,2004 adaptado pelo autor

Sob a questão curricular o documento traz com clareza que este se fundamenta em questões históricas, sociais e pedagógicas em prol do combate ao racismo e as discriminações que atingem os negros e isso também vem sendo discutido em outros documentos que abordam a questão racial. E ainda na ótica do currículo em termos de divulgação e da socialização destacam-se os seguintes pontos:

A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL, 2004, p.10).

Nesse sentido uma das reflexões a serem feitas é a respeito de como deve ser abordado a questão racial no currículo da educação básica como coloca Gomes (2012) de que este não é um tema novo a ser incorporado nos espaços de aula pelos docentes ou como uma nova componente curricular. Assim poderá haver uma ruptura na educação brasileira do ponto de vista epistemológico e cultural. Sendo assim a referida pesquisadora destaca que: “trata-se na realidade de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política”.

Partindo-se desse pressuposto foi utilizado a Base Nacional Comum Curricular (2018) para destacar o que prevê no currículo escolar a ser abordado nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental II sobre a temática racial que se encontram estruturados em unidades temáticas, objetos do conhecimento, habilidades e competências é importante destacar que este documento está diretamente ligado a uma escolha política e pedagógica curricular.

Conforme Sousa Junior (2021). A BNCC na sua estrutura não apresenta claramente o tema das relações étnico-raciais, e é função do docente fazer uma leitura dos elementos que norteiam esse documento e desenvolver a aptidão de um conhecimento interdisciplinar direcionado para os objetivos das leis que devem ser elencadas neste documento.

No que compete a área de conhecimento de Geografia em relação a temática das relações étnico-raciais a serem inseridas nas aulas desse componente o referido documento destaca que essa é de fundamental importância para reconhecer no processo de formação histórica cultural do território brasileiro que existe uma grande diversidade étnico- racial e diferentes grupos sociais, pois vivemos em um país que é marcado na sua história por uma miscigenação étnica (negros, indígenas, europeus e dentre outros). De acordo com a BNCC (2018):

A educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. O raciocínio geográfico, uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas (BNCC, 2018 p. 359).

Nesse contexto, Carth (2017) destaca em seu estudo que referente aos conteúdos da componente de Geografia na educação básica sobre as relações étnico-raciais a partir dos seguintes contextos: a formação de grupos sociais distintos e sua relação com o grau de inclusão; a ânsia de entender as razões econômicas e sociais que levam a êxodos, afastamentos dos cidadãos do campo, das comunidades quilombolas para buscar meios de subsistência e um outro ponto forte se relaciona a questão do trabalho que muitas vezes é preconizado a questão de padrões econômicos em classes sociais pobre e média e portanto é necessário que nos espaços de aula na aplicabilidade desses conteúdos não aumentem o preconceito em relação a questões econômicas e étnico-raciais.

Ao analisar o que está implícito na BNCC referente ao que o pesquisador coloca em questão evidencia-se que essas relações estão intimamente ligadas inicialmente a um dos princípios geográficos em relação ao mundo do trabalho uma das unidades temáticas do documento, que correspondem a questão das habilidades e técnicas desenvolvidas pela sociedade nos setores econômicos e o resultado disso com os agentes da força produtiva que associado aos recursos tecnológicos trouxeram mudanças significativas no setor de trabalho:

No Ensino Fundamental – Anos Finais, essa unidade temática ganha relevância: incorpora-se o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo, fator desencadeador de mudanças substanciais nas relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas. A Revolução Industrial, a revolução técnico-científico-informacional e a urbanização devem ser associadas às alterações no mundo do trabalho. Nesse sentido, os alunos terão condição de compreender as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho em variados tempos, escalas e processos históricos, sociais e étnico-raciais. (BNCC, 2018 p. 363).

Esse trecho sintetiza os aspectos que podem ser discutidos pelo docente nas aulas de Geografia quando abordar o tema das relações étnico- raciais valorizando a história e a cultura dos povos afro-brasileiros, a sua contribuição para o processo de formação econômica do Brasil, fazendo uma reflexão sobre as transformações que ocorrem ao decorrer do tempo no campo do trabalho e o quanto isso impactou no modo de vida das pessoas que constituem a sociedade.

Um outro ponto a ser levado em consideração são as questões de cunho socioeconômico que fizeram que os povos do campo e quilombolas fossem a partir do processo migratório buscarem uma melhor qualidade de vida e oportunidades de

trabalho e isso acaba interferindo na sua mudança cultural, pois essa mudança de lugar interfere na sua identidade cultural e a desvalorização da mesma por parte de algumas e como coloca Carth (2007). “A desvalorização da cultura de origem pelo não acolhimento dos pares nas escolas públicas e particulares é tema a ser explorado para fomentas culturas de inclusão. E isso já vem sendo discutido na BNCC (2018) que traz nos seus escritos a seguinte inferência:

Assim, é imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo, é necessário que eles diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos. (BNCC, 2018 p. 368).

Essa citação reforça a questão de que na sociedade deve ser enfatizada a questão da inclusão dos povos tradicionais em todos os setores sociais, principalmente o educacional onde se é construído o conhecimento a ser colocado em prática nos espaços internos e externos da escola vivenciado pelo aluno e este deve está preparado a conviver com a diferença, pois irá se deparara com sujeitos que tem etnia e identidade sociocultural diferente da sua em diferentes territórios e cabe a esses valorizarem essa diversidade existente e também ressaltar a contribuição das comunidades tradicionais e seus saberes históricos.

Para reforçar essas questões a BNCC traz algumas habilidades que remetem a essa questão de não se ter um ensino ministrado no qual o estudante não possa se sentir discriminado pelos padrões econômicos e sem aumentar o preconceito no campo econômico e das relações e étnico-raciais nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental conforme o quadro (1)

Quadro 1 Habilidades da BNCC abordagem das relações étnico-raciais Ensino Fundamental na componente curricular de Geografia

Ano	Unidades temáticas	Objetos do conhecimento	Habilidades	Possibilidades de abordagem Étnico-raciais
5º ano	1 – Sujeito e seu lugar no mundo	Diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais	(EF05GE02) Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes	Abordar histórica e criticamente problematizando os grandes desafios e resistências de povos e pessoas racializadas.

			territórios.	
7º ano	2- Conexões e escalas	Características da População brasileira	(EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.	Problematizar criticamente a formação do Brasil. Invasão de territórios indígenas, genocídio indígena e negro, tráfico e escravidão de povos africanos e indígenas. Estrutura fundiária racista e classista.
9º ano	4- Formas de representação e pensamento espacial	Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas.	(EF09GE14) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais.	Problematizar que as representações indicam um olhar e uma perspectiva de quem faz. Problematizar as generalizações e o eurocentrismo nas representações cartográficas. Questionar como foram e para que foram e são construídos os arranjos espaciais e os mapas que os representam. Porque alguns mapas tem mais visibilidade do que outros.

Fontes: BNCC, 2018 p. 379, 387 e 395 e adaptado de Souza e Machado (2022).

Estas são algumas das temáticas que colocamos em evidência do documento trazer sobre as relações raciais na ciência geográfica no Ensino Fundamental, e constatamos que isso não tem um detalhamento do referido tema. Sob essa ótica o professor precisa fazer uma reflexão crítica sobre as palavras-chave que vem sendo apresentadas, por exemplo nas habilidades do tipo “diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e assim possa fazer um aprofundamento dessas expressões interligando-as a distribuição da população e incorporá-los aos conteúdos programáticos para cada um dos segmentos nas relações étnico-racial. E é importante frisar que essas possibilidades de abordagem das relações étnicos - raciais no (quadro2) são levantadas por Souza e Machado (2022) com a finalidade de “contribuir para que professores/as pensem sobre as possibilidades de

abordagens étnico-raciais e críticas sob o pensamento geográfico” (SOUZA e MACHADO, 2022, p. 11).

Sendo assim constata-se que a temática das relações étnico-raciais tem uma forte influência na educação básica e que deve ser trabalhada pelos profissionais da Educação em todas as etapas de ensino, destacamos o Ensino Fundamental porque corresponde a fase em que estamos contemplando nesse estudo e que tem como um dos elementos norteadores a BNCC nos seguintes aspectos: definição, objetivos e metas didático pedagógicos a serem seguidas pelas escolas.

Quando se infere a Geografia o pesquisador Sousa Junior (2021) enfatiza nos seus estudos que a categoria geográfica espaço é um dos elementos chaves para desencadear questões referente a contribuição das populações afrodescendentes do ponto de vista cultural da seguinte forma:

A geografia ao pensar o espaço, permite enfatizar as contribuições da população negra no desenvolvimento da técnica, da ciência, na construção territorial e cultural da nação, na formação de culturas diversas em todo território. Discutir na perspectiva da demografia, na distribuição da população brasileira, nos processos migratórios.

Seguindo a linha de raciocínio do autor percebe-se que há uma clareza em apresentar as discussões sobre o espaço geográfico e as ações que são desenvolvidas pelo ser humano de forma geral em destaque a negra que ao colocarem em prática as suas atividades associadas, a tecnologia, a forças de trabalho e produção consegue-se obter os contrastes econômicos e demográficos em uma determinada localidade e a configuração territorial que sofreu fortes mudanças.

Sob a ótica de uma Educação antirracista na Geografia o autor Sousa Junior (2021) nos faz refletir os seguintes pontos: “é preciso assumir uma postura antirracista de maneira a romper com a lógica eurocêntrica de ensino. É preciso de uma reeducação das relações étnico-racial, compreendendo, portanto, a existência da diferença e das múltiplas diversidades possíveis”. Em síntese, a escola tem o papel de abordar no material didático pedagógico dá visibilidade aos negros.

Na linha de raciocínio de Campos e Nascimento Junior (2024) que fazem uma Crítica a BNCC na componente curricular de Geografia no que corresponde a uma educação deocolonial antirracista, pois segundo eles há elementos incipientes para que promovam esse tipo de educação tais como: “a retirada dos conceitos de

identidade e de gênero”, que invés de incluir acaba excluindo e não condiz com o que prevê os outros normativos que preconiza igualdade e justiça social. E acaba deixando os povos negros/ indígenas no lugar de subalternizado em alguns locais da sociedade frente ao colonialismo e ao capitalismo trazendo contradições para a forma de educação em questão:

A questão, por isso, se amplia e se dimensiona ao se pensar sobre os impactos dessas contradições para uma educação geográfica decolonial e antirracista. É possível ter uma aprendizagem significativa e entender as complexidades da realidade de uma sociedade diversa e intercultural apenas operando o conceito de classe social? Como um currículo nacional, depois de tantos avanços nos diálogos sobre interseccionalidade, pode repetir uma leitura de mundo cega à presença de pessoas LGBTQI+ e de espaços geográficos não generificados? (CAMPOS e NASCIMENTO JUNIOR, 2024 p.6)

Nessa citação é possível notar a insatisfação e indignação dos autores sobre a temática das relações étnico-raciais com a questão de gênero que é algo que ainda na visão desses a BNCC ainda não conseguiu não consegue romper as barreiras que existem no colonialismo, na heteronormatividade e na invisibilidade de raça, gênero e classe.

Diante do exposto, faz-se necessário que essa temática esteja contida no currículo das escolas públicas e privadas da esfera Municipal e Estadual, e de que estejam contemplados nos Projetos Político Pedagógicos (PPP) de cada instituição e que nas formações continuadas a serem realizadas pelos docentes, gestores escolares, coordenadores pedagógicos os princípios da BNCC na questão étnico-racial e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais.

No que compete ao PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental Agripino Ribeiro Filho, no ano de 2024 quando realizado a pesquisa e feito a consulta e análise em relação ao tema das relações étnico-raciais este menciona a importância de trabalhar esse assunto na sala de aula conforme vem sendo discutido nos marcos regulatórios e dos documentos que norteiam o currículo escolar este tem descrito todos esses princípios que em relação a BNCC em uma das seções do documentos intitulada de estratégias e ações por componente curricular, esse documento traz a unidades temáticas: “conexões e escala, “Mundo do trabalho”, os objetos de conhecimento: características da população brasileira,

Produção, circulação e consumo de mercadorias, Desigualdade social e o trabalho e as habilidades:

- (EF07GE03) “Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades”;

-(EF07GE04) “Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras. As quais são discutidas na sala de aula e em algumas ações com datas comemorativas”;

- (EF07GE05) “Analisar fatos e situações representativas das alterações ocorridas entre o período mercantilista e o advento do capitalismo.”

Sendo está última habilidade direcionada a formação territorial do Brasil, ainda apresenta algumas lacunas currículo da disciplina identificadas por Campos e Nascimento Junior (2024) não há uma relação integrada entre o processo de colonização e o recente capitalismo na sociedade:

“Desse modo, o professor não tem um conteúdo explícito para pensar o Brasil vinculado ao sistema colonial e às implicações para a produção do território nacional por mais de três séculos e que ainda normalizam as relações sociais e de produção, agora ancoradas na colonialidade do poder” (CAMPOS e NASCIMENTO JUNIOR, 2024 p. 9).

Uma outra abordagem que identificamos no PPP sobre a questão das políticas de Educação das relações étnico-raciais foi no calendário letivo escolar de 2024 (figura 2), disponibilizado pela secretaria Municipal de Educação do Município de Araçagi-PB que estabelece subjetivamente esse assunto em um evento comemorativo dia 20 de novembro – dia da consciência negra que obrigatoriamente deve ser realizado pelas escolas municipais e orientações da secretária de Educação para que a gestora escolar e coordenação pedagógica exijam que principalmente os professores de História trabalhem esses temas em suas aulas, pois estão dispostos nos marcos normativos: lei 10.639/2003 e lei 11.645/2008.

Figura 2 – Calendário Escolar das Escolas Municipais de Araçagi-PB 2024

<

Fonte: PPP, 2024

Em virtude a essa questão no calendário de atividades a serem desenvolvidas pela escola (quadro 2) contempla o dia 20 de novembro (Consciência Negra) com uma ação comemorativa a esse dia destacando a importância da história e cultura dos povos afro-brasileiros e está no cronograma de atividades do Projeto Político Pedagógico da escola a serem realizadas pela Escola Agripino Ribeiro Filho no ano letivo de 2024 como um dos eventos importantes que será realizado no ano letivo escolar que envolve toda a comunidade escolar : gestão escolar, discentes, docentes, a família e a comunidade entorno da escola.

Quadro 2- CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES DA E.M.E.F. AGRIPINO RIBEIRO FILHO- 2024

FEVEREIRO	26– Reunião com pais e mestres 27 – Início das Aulas
MARÇO	06 – Exposição e debate sobre o Dia Internacional da mulher 11 – Culminância do Projeto “Mulheres que Inspiram” 27- Páscoa
ABRIL	22 – Descobrimento do Brasil
MAIO	01 – Dia do Trabalho 10 – Dia das mães
JUNHO	03 – Início do Projeto Junino 21 – Culminância do Projeto Junino
JULHO	01 – Reunião com pais e mestres 02 – Início das aulas do 2º semestre
AGOSTO	05 –09 Início do Projeto: “Dia dos pais” 09 – Culminância do projeto “Dia dos Pais” 11 – Dia do Estudante
SETEMBRO	04 a 08 – Projeto Semana da Pátria 09 – Culminância do Projeto da Independência
OUTUBRO	15 – Dia do Professor
NOVEMBRO	20 – Dia nacional da Consciência Negra
DEZEMBRO	13 – Formatura do 9º ANO 20 – Confraternização Natalina

Fonte: PPP, 2024

No capítulo 02 iremos dar continuidade falando sobre a temática das relações étnico-raciais fazendo uma reflexão da mesma no tocante da ciência geográfica em relação a estrutura curricular, partindo-se de uma análise do livro didático de geografia dos conteúdos que estão presentes nessa obra e tendo como referência a BNCC para analisar como estão interligados as habilidades e os objetos do conhecimento da questão racial e dos povos originários no Ensino Fundamental II. E também

Capítulo 02: ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Nesse capítulo realizamos discussões sobre um dos principais instrumentos utilizados pelos docentes na sala de aula que é o livro didático. Buscamos destacar a temática das relações étnico raciais uma das exigências de legislações educacionais e que deve está presente no currículo escolar, nos materiais didáticos e assim possam ser incorporadas nas práxis pedagógicas dos docentes em suas aulas. Utilizamos como caminho de análise, as considerações realizadas por Pontuschka (2007).

2.1 Avaliação do livro didático de Geografia

Um dos primeiros aspectos a ser destacado antes de realizar uma análise de um livro didático é a reflexão sobre a contextualização do mesmo, a linguagem e a forma de abordagem que vem sendo mencionado pela pesquisadora Pontuschka (2007, p. 339) “Atualmente a ampla produção cultural disponibiliza múltiplas linguagens a ser utilizadas como auxiliares na compreensão e análise do espaço geográfico. Sendo esse instrumento utilizado como um elemento teórico que apresenta um conjunto de teorias a serem aplicadas nas aulas, mas que induzam de forma prática aos estudantes de forma prática a compreenderem as transformações socio espaciais que o correm no seu cotidiano

O livro didático analisado foi o Araribá Conecta Geografia – Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD que é adotado pela E. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho da rede pública no ano letivo de 2024 e de forma preliminar a análise consistiu nos caminhos propostos por Pontuschka (2007) a qual enfatiza em seus estudos a importância de Professores/Educadores da Componente Curricular Geografia, fazerem uma análise descritiva e crítica das obras que irão selecionar e utilizar na sala de aula tendo como elemento norteador o aporte teórico, a sua contextualização com os conteúdos geográficos e o cotidiano ao qual os educandos estão inseridos e como isso contribui para o processo de ensino-aprendizagem desses tendo por base os seguintes critérios (figura- 3):

Figura 3 - Critérios de avaliação do livro didático de Geografia



Fonte: adaptado de PONTUSCHKA (2007).

- **Capa:** Esse item traz alguns elementos geográficos que estabelecem uma conexão condizente com o título da coleção Araribá conecta geografia. E convida o leitor a fazer uma reflexão sobre os seguintes elementos: um mapa do território brasileiro que está sendo segurado por uma criança negra e ao seu redor estão outras crianças de diferentes etnias pardas e mestiças, porém necessitaria de inclusão do povo indígena que é um dos percussores da história do Brasil, já que a partir dessas representações simbólicas nota-se que a temática central desse livro será falar sobre o processo de formação do território brasileiro no tocante a sua localização geográfica, da sua ocupação, a população que o constitui, as atividades econômicas que exercem e as relações que estabelecem por diversas regiões do País (figura 4):

Figura 4 – Livro didático de geografia



Fonte: https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/arariba-geografia/geografia-7/aluno/content/ht_020_capa_le_amg7_f2_g24.html#_idParaDest-Acessoem 20/05/2024.

Dessa forma, a capa desperta tanto nos educadores e educandos a curiosidade em conhecer as características de um país que tem um vasto potencial econômico, social, ambiental e de grande diversidade cultural, instigando-os a examiná-los e fazem uma interligação com os instrumentos visuais e não visuais com o seu cotidiano.

- **Autor ou Autores:** Nesse aspecto é importante destacar que a referida obra em questão é organizada pela editora Moderna a qual conta com a colaboração de vários pesquisadores da área da Geografia com Formação Acadêmica em: Licenciatura e Bacharelado em Geografia, com Pós- Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) e com experiência na docência em escolas da rede de ensino pública e privada, apenas um desses tem na sua formação acadêmica a área de história, tendo como o editor responsável pela edição o Cesar Brumini Dellore que é Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) no ano de

(2011). Atualmente é Editor da Editora Moderna LTDA. E tem uma ampla experiência no campo da Educação. Essas informações sobre os dados biográficos dos autores estão descritas no início do livro.

- **Público:** Esse livro destina-se aos discentes com uma faixa etária de 12 a 13 anos do 7º ano do Ensino Fundamental II- anos finais, é de grande relevância para que esses possam construir saberes geográficos do ponto de vista crítico sobre as transformações socioambientais e culturais no espaço geográfico brasileiro.

- **Apresentação do livro:** Esse item está na contra capa do livro e os autores fazem uma breve apresentação para os educadores e estudantes, com uma linguagem clara e concisa e que leva em consideração a faixa etária dos estudantes no que infere-se a sua compreensão explanando os seguintes pontos: com uma questão norteadora “Por que estudar Geografia”? e apresenta como subsídio para responder esse questionamento a categoria de análise da Ciência Geográfica a paisagem que é observada pelo Professor e pelo aluno empiricamente no seu cotidiano e as transformações que são realizadas em seu entorno. Um outro ponto a ser destacado é que o leitor conseguirá conhecer as características do Brasil, a partir do território a sua contextualização e formação, a população no que corresponde a demografia e a distribuição dos indicadores demográficos e a economia no tocante das atividades desenvolvidas, os setores econômicos e a sua importância numa escala nacional. Consequentemente irá notar a diversidade de povos e culturas do território brasileiro e do mundo.

Também se destaca o cuidado dos autores em colocar ao longo da obra alguns selos que indicam que o conteúdo apresentado faz inferência a temas contemporâneos tais como: multiculturalismo, cidadania e civismo, economia e meio ambiente relevantes para a sua atuação como um cidadão crítico e reflexivo.

Nesse sentido nessa parte introdutória os autores indicam uma série de sugestões didáticas: textos, imagens e atividades que estimulem os alunos a gostarem cada vez mais da Geografia e instigando-os a desenvolverem as aptidões de reflexão, discussão, estabelecer conexões e fazer análises e comparações dos fenômenos geográficos aos quais fazem parte direta ou indiretamente.

- **Índice e estrutura do livro:** Nessa seção os conteúdos encontram-se organizados em oito unidades temáticas e 19 capítulos referente as características gerais do território brasileiro, em termos de localização, os aspectos físicos (relevo, clima, vegetação), as questões e problemáticas ambientais, a divisão regional do

Brasil, a população brasileira e a sua composição étnica, as relações de trabalho, o processo de industrialização e urbanização, as cinco regiões brasileiras (Região Norte, Região Centro- Oeste, Região Sul, Região Sudeste e Região Nordeste) e a organização do espaço econômico.

Esses temas obedecem ao que está estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que compete as unidades temáticas, os objetos do conhecimento e as habilidades a serem exploradas pelo Docente no 7º ano do Ensino Fundamental- anos finais. No que compete aos conteúdos geográficos priorizados estes estão contemplando as categorias de análise geográfica: território, paisagem, região, lugar, espaço, as relações sociais e ambientais e os elementos culturais do povo brasileiro.

- **Diagramação:** em relação a esse aspecto da avaliação destacamos que a obra se apresenta em forma de diagrama, a partir de uma breve caracterização dos problemas socioambientais enfrentados pelo Brasil, e a partir das imagens já utilizadas no sumário apenas nos capítulos **04, 09 e 11** que discutem a formação territorial do Brasil e o tema do desenvolvimento sustentável, constatamos como um fator limitante, pois era melhor se tivesse essa ilustração nesse item em todos os capítulos, pois assim o educando poderia ter uma leitura, interpretação e compreensão melhor dos conteúdos a serem estudados.

Outro ponto muito importante é que na abertura de todas as unidades temáticas é utilizado uma imagem que retrata sobre o tema a ser investigado. Por exemplo, na unidade II do livro, intitulada de população brasileira, tem uma imagem condizente com o tema enfatizando que há uma grande diversidade no que corresponde a esse aspecto em termos de distribuição geográfica de maneira quantitativa e quanto ao tipo de diferentes identidades étnicas de um povo com destaque os povos indígenas e negros. havendo assim uma interação entre a imagem e o conteúdo que proporciona um ambiente mais interativo e assim os alunos possam ter um maior aprendizado e desempenho escolar.

- **Imagens, representações gráficas e cartográficas:** Nesse critério os pontos que destacamos são os seguintes: os mapas tem a finalidade de representar os fenômenos geográficos em uma larga escala geográfica em termos de localização, ou seja onde se situa o Brasil no mundo e depois de uma forma local, as suas características físicas, as áreas mais afetadas pelas degradações ambientais, as unidades de conservação, o potencial dos recursos naturais e econômico, o fluxo

migratório, a distribuição da população por cor e raça e o fluxo de africanos escravizados para o Brasil que é uma das temáticas foco desse estudo e dentre outras .

Outros recursos utilizados são os Climogramas que tem por função representar as variáveis climáticas a precipitação (chuvas) e temperatura em uma escala de tempo e a partir da leitura e análise desses dados o educando poderá identificar o período mais chuvoso e seco, o clima típico dessa localidade;

Os gráficos que especializam informações sobre a produção econômica e das fontes de energia do País;

A distribuição da população por gênero ou por etnia, as taxas de mortalidade, natalidade e demais indicadores socioeconômicos; charges que destacam uma problemática de cunho político, econômico, ambiental ou cultural;

Tabelas e quadros que apresentam dados sobre a distribuição da população nas áreas urbanas do Brasil, os países inovadores no âmbito mundial; as pirâmides etárias que descrevem a estrutura etária da população de um determinado local.

Fotos que servem para ilustrar a dinâmica natural das regiões brasileiras, as unidades de relevo, a rede hidrográfica, as formas de vegetação, o uso e ocupação das terras, os pontos turísticos, as lideranças de grupos étnicos, as festividades culturais dos povos humanos, o espaço rural e urbano; as imagens de satélite para explicar a dinâmica das cidades brasileiras.

- **Proposta teórico-metodológica:** Abordagem adotada por Dellore (2022) e colaboradores nesse ponto se destacou a questão de estar adequada a BNCC, com a abordagem de uma geografia crítica na qual os educandos sejam capazes de fazer uma leitura minuciosa dos conteúdos geográficos, interpretá-los e tecer as suas críticas sobre os fatos que ocorrem no espaço geográfico de forma a descrever as temáticas em uma escala, global, nacional, regional e local aplicando as na realidade em que vivem.

- **Linguagem:** A linguagem é clara e acessível a faixa etária dos alunos, com uma fácil compreensão dos textos, próximo da realidade em que vivem, porém embora seja uma obra de caráter nacional senti falta dela enfatizar um pouco mais da região Nordeste nos aspectos culturais, naturais, econômicos e turísticos o que deixa lacunas referente a esse tema.

E sobre a temática das relações étnico raciais que é mencionada pelos autores, mas apenas do ponto de vista de distribuição dessas, alguns aspectos

culturais, mas faltou ressaltar uma valorização expressiva a cultura e o saber histórico dos povos afro brasileiros.

No que se infere aos textos esses são densos em alguns capítulos, tornando-se cansativos para a leitura e acaba desestimulando o leitor a colocar em prática tal ato. Porém em contrapartida tem alguns mais curtos, mas que deixam algumas lacunas para a compreensão dos mesmos tendo que se pesquisar informações em outras fontes de pesquisa como a internet para aprimorar os saberes sobre o assunto e ter um melhor entendimento.

- **Atividades:** Essas estão estruturadas em: questões de compreensão dos textos gerais de cada um dos capítulos e atividades de textos complementares sobre o assunto. A primeira orienta o aluno a fazer uma leitura descritiva do texto em busca de responder os questionamentos de forma individual ou coletiva partilhando o conhecimento adquirido e promovendo o debate sobre assunto já que se tem visões diferentes sobre o mesmo; a segunda com a utilização de textos complementares como reportagens, notícias, poemas, charges, análise de climograma, gráficos, tabelas, quadros, mapas temáticos, a utilização da interdisciplinaridade na seção de integração de conhecimentos com a utilização de cordéis referente aos temas trabalhados voltados a cultura .

Traz um diferencial a obra em destaque e é algo que deve ser enfatizado e explorado pelos docentes em sala de aula e assim, promover um espaço de socialização do conhecimento de forma integrada e não fragmentada contribuindo dessa forma, para uma sistematização dos saberes de forma ampla e desenvolver um pensamento crítico e reflexivo dos fatos e fenômenos geográficos.

Uma outra seção no livro para realização das atividades foi a intitulada de práticas em que os educandos precisam desenvolver as habilidades de pesquisas na internet, a exemplo de analisar em campo as características climáticas do clima, a altitude do relevo e demais aspectos do município em que eles convivem; mapas e gráficos sobre a população urbana e rural no tocante da distribuição em números por região. Desse modo, proporcionando que os educandos possam fazer uma interligação da teoria e da prática tendo um melhor aprendizado.

Sentimos falta de uma seção com sugestão de atividades de indicações de filmes, documentários, músicas, vídeos que fizessem menção aos conteúdos contextualizados dos assuntos trabalhados em sala de aula o que identificamos sobre essas ações metodológicas na obra em questão foi apenas uma indicação de

uma entrevista sobre o ambientalista Chico Mendes quando se discutiu o tema do extrativismo na região Norte do Brasil e de um livro sobre os seringais do autor Aldrin Moura de Figueiredo intitulado de nos tempos de seringais e outros sucintamente não tão explícitos.

Assim, a incorporação desses recursos de ensino faz explorar o conhecimento amplo dos cidadãos preparando-os para exercerem a questão da cidadania e o senso crítico em relação a geografia.

- **Bibliografia:** no final do livro didático os autores elaboraram cinco páginas de referências comentadas que foram utilizadas por eles para elaborarem essa obra. Trata-se de uma coletânea de textos escritos por geógrafos renomados como Milton Santos, Jurandyr Ross, Aziz AB' Sáber e dentre outros que fazem inferência a Geografia humana e física do Brasil, sínteses de dados demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a questão ambiental com dados fornecidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), representações cartográficas em diversos atlas geográfico, artigos, reportagens, notícias e sítios de pesquisas sobre assuntos diversos comprovados cientificamente com a realidade socioespacial dos alunos.

2.2 Análise da temática das relações étnico-raciais no Livro de Geografia

Nesse ainda buscando compreender a presença do tema das relações étnico raciais nas obras didáticas utilizadas pelo professor, nos apoiamos nos estudos dos pesquisadores Martins e Pureza (2020) que enfatizam esse tema nas suas pesquisas explanando como esse vem sendo abordado na BNCC e a questão da sua aplicabilidade nas aulas de Geografia.

A obra didática Araribá Conecta Geografia 7º ano do Ensino Fundamental – anos finais encontra-se estruturada em oito unidades temáticas, em que cada uma dessas contém de 2 a 4 capítulos e no total tem 19 capítulos com conteúdo geográficos gerais e alguns que mencionam as relações étnico raciais como está descrito no quadro (3):

Quadro – 3: Conteúdos do livro didático de Geografia 7º ano

Unidades	Capítulos
O território brasileiro	Capítulo 01 – a localização e as paisagens do território brasileiro; Capítulo 2- características do território brasileiro; Capítulo 3 – Meio ambiente, sustentabilidade e fontes de energia; Capítulo 4 – Formação e regionalização do território brasileiro.
População Brasileira	Capítulo 5- Aspectos demográficos e sociais; Capítulo 6- A heterogeneidade da população brasileira; Capítulo 7- População e trabalho.
Brasil: industrialização, urbanização e espaço rural	Capítulo 8- Industrialização brasileira; Capítulo 9- Espaço Rural
Região Norte	Capítulo 10- Território e sociedade; Capítulo 11- questões socioambientais e desenvolvimento sustentável.
Região Centro-Oeste	Capítulo 12- Aspectos físicos e sociedade; Capítulo 13- Expansão econômica e ocupação.
Região Sul	Capítulo 14- Organização do espaço, população e paisagem; Capítulo 15 – Aspectos econômicos.
Região Sudeste	Capítulo 16- Paisagem, exploração dos recursos e ocupação territorial; capítulo 17- Organização do espaço, urbanização e atividades econômicas.
Região Nordeste	Capítulo 18- Elementos naturais e ocupação territorial; Capítulo 19- Organização do espaço econômico e sub-regionalização.

O livro possui um total de 240 páginas

Na obra em destaque do 7º ano, na unidade 1 intitulada de o território brasileiro, no final do capítulo 3, na seção ser no mundo é abordado pelos referidos autores um texto complementar intitulado de Valorização do lugar por meio dos saberes dos habitantes, que corresponde a trechos de reportagens levantadas por esses de que leva o leitor a refletir de forma intimista um pouco sobre a importância da cultura dos povos quilombolas e indígenas consequentemente a questão do reconhecimento das territorialidades desses povos brasileiros , a apresentação de imagens que fazem alusão aos povos quilombolas- indígenas da comunidade Tiririca dos Crioulos em Pernambuco artefatos e elementos culturais desses povos (figura 5).

Um outro aspecto a ser observado em uma das reportagens é sobre a questão do trabalho em comunidades quilombolas como exemplo, a comunidade do Vale do Ribeira e o quilombo do Morro Seco ambos situados no estado de São Paulo, o qual é destacado a ações de mutirões no período da colheita de produtos agrícolas, no qual resplandece um ato fraternal do povo quilombola em desenvolver ações em equipe o que diminui o fardo de trabalho e ainda passa para as gerações seguintes o conhecimento de práticas do sistema quilombola. E com isso os autores da obra levantam pontos importantes a serem destacados pelos docentes de utilizarem a educação como uma ferramenta de valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras (figura 5).

Figura 5 -Texto Valorização do lugar por meio dos saberes dos habitantes e atividade



Fonte: Dellore, 2022, p. 50-51.

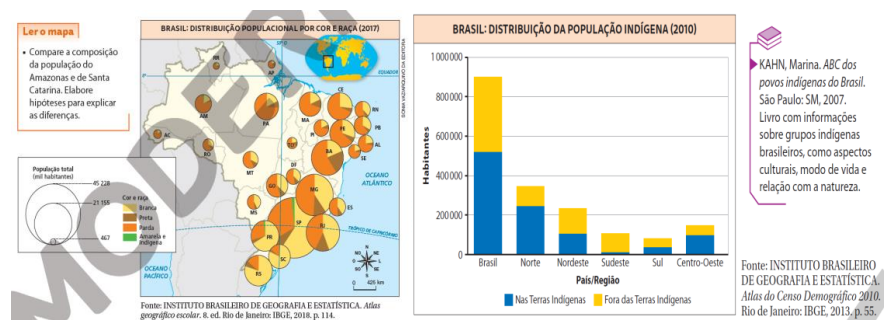
Apesar de haver toda essa discussão sobre a questão da valorização da cultura étnico racial percebe-se que isso ainda ocorre de forma incipiente, apenas para cumprir o que é exigido no sistema educacional vigente em relação aos povos negros e indígenas estarem presentes na BNCC na habilidade:

(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades. (BNCC, 2018 p. 387).

Mas referente a isso ainda há muitas contradições existentes, a cultura nas duas reportagens, são mencionadas de forma superficial, pois não apresenta elementos substanciais que descrevam a cultura quilombola e indígena apresentando apenas dados gerais de que os aspectos culturais deles são diversos e importantes, algumas imagens que simbolicamente representam a sua identidade em termos de vestimentas, moradias e rituais. Além disso poderia se ter informações mais detalhadas sobre a história desses povos e a sua contribuição com a formação do território brasileiro trazendo de fato uma valorização desses em um lugar de visibilidade na sociedade.

Na unidade temática “população brasileira” sobre o tema das relações étnico-raciais a qual apresenta informações sobre a distribuição da população no território brasileiro destaca-se no capítulo 06 (quadro 3) a diversidade da mesma do ponto de vista quantitativo dos povos africanos e indígenas representando geograficamente por dados estatísticos do IBGE 2010 e 2018 dispostos em um mapa que classifica a população do Brasil utilizando os parâmetros do fenótipo da cor e da raça e gráfico que destaca principalmente esse último povo que a presença desses descendentes dos antigos habitantes que foram ocupadas pelos Europeus no século XVI e que ambos se concentram na Região Norte do País (figura 6).

Figura 6 - Mapa e um gráfico da distribuição populacional



Fonte: Dellore, 2022 p. 76-77

Ao comparar essas informações se estão na BNCC, constatou-se que a mesma está implícita em uma das suas habilidades que nas entre linhas aponta a distribuição da população e a importância dos docentes trabalharem com discentes do 7º ano do Ensino Fundamental para que esses possam ter a capacidade de analisar e interpretar essas informações quantitativas presentes em mapas e tabelas assim como está descrito no referido documento educacional:

(EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras. (BNCC, 2018 p. 387).

No referido capítulo contém um tópico na página 77 que fala sobre a “preservação da cultura indígena” fora das terras indígenas com um enfoque dessa se problemática, a partir de informações disponibilizadas pelo IBGE, 2010 que é difícil preservar os elementos culturais tais como a língua e a cultura tradicional fora dos seus locais de origem, além de ressaltar o processo migratório que tem aumentado para que esses que saem em busca de oportunidades de formação acadêmica e ingressam no curso superior enfrentando os desafios de estarem em localidades diferentes da sua e encontrando pessoas com uma etnia diferentemente da sua. O que nos leva a observar o quanto esses precisam se destacar no campo da formação e no setor profissional para ganharem uma visibilidade no país.

No item sobre os povos africanos na página 78 da obra analisada ela introduz uma contextualização sobre o processo de escravização desses nos séculos XIV e XIX no Brasil para trabalharem nos cultivos de cana-de-açúcar e outras atividades econômicas; posteriormente no decorrer do texto discorre informações sobre a sua história e contribuição dos povos que vieram da África do ponto de vista musical, vestimentas, culinária, a arte, a religiosidade e dentre outros aspectos, cita que existem diversas comunidades quilombolas pelo território brasileiro e a necessidade da luta do reconhecimento da sua identidade étnica. Porém, sentimos falta de uma caracterização desses elementos para que os educandos possam conhecer um pouco mais sobre a história dos negros e não apenas citar, mas trazer exemplos próximos do cotidiano desses e assim desmistificar aquela visão preconceituosa de escravização dos negros que é tida por muitos.

Nesse sentido após a obrigatoriedade questões como a valorização da história e da cultura dos povos afro-brasileiros como as leis 10639/2003 e a 11645/2008 ainda não se há uma garantia de que esse direito seja cumprido, pois é o que está evidenciado no item destacado no livro de geografia estudado a dificuldade de inserir os elementos históricos culturais desses povos.

Em uma seção denominada de integrar conhecimentos que tem por finalidade trazer a integração dos saberes nas componentes curriculares de Geografia e história traz um texto sobre os fluxos de africanos escravizados para o Brasil sobre temas como a figura representativa do negro como a mão-de-obra escrava, o tráfico

calendário escolar incluirá o dia 20 de Novembro como dia Nacional da Consciência Negra” para combater a discriminação racial e o preconceito que ainda existe no Brasil e que está de acordo com o que prevê as exigências educacionais e encontra-se alinhado com o conteúdo das relações étnico raciais na BNCC (figura 8)

Figura 8 - Charge do dia da Consciência Negra



ANGELI. *Feriado: dia da consciência negra*. 2006. Charge. Originalmente publicada na *Folha de S.Paulo*, em 20 de novembro de 2006.

Fonte: Dellore, 2022, p. 83

Ao analisar a charge percebe-se que faz referência a uma crítica do ponto de vista da desigualdade social no Brasil. O qual se comprova que há um lugar de desfavorecimento dos povos negros que estão subalternizados ocupando um local de trabalho informal, enquanto os banhistas brancos ou de outras etnias estão desfrutando de uma praia em um dia de feriado da consciência negra, ocupando uma posição de destaque no que compete a questões econômicas e raciais, além de enfatizar aquela questão da ideia de branqueamento de que os brancos tem um local de privilégio e os negros conforme a imagem são descritos como pobre ou o miserável.

Nesse sentido, a realização dessa atividade com a análise e a interpretação da charge realizada pelos alunos contribui de forma positiva para que estes consigam ter uma visão crítica do tema preconceito racial e desigualdade social e racial que não deve haver uma hierarquia entre os povos e uma segregação racial já que ambos têm uma história e cultura que devem ser valorizados os seus saberes e a herança cultural

Diante do exposto na ânsia de compreender o conceito de branquitude nos ancoramos em Silva (2017) que menciona que esse termo é de uma construção ideológica em os povos brancos se enxergam da seguinte forma:

O branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios (SILVA, 2017 p. 26).

No capítulo 07 da obra em questão que reflete sobre o assunto população e trabalho, nos deparamos na seção ser no mundo com o tema: a população indígena urbana que traz dois textos que evidencia alguns estereótipos de preconceito sobre estes povos no espaço urbano, o primeiro traz como questionamento “quem é” e “quem não é índio”, essa expressão já é preconceituosa que o reduz apenas a um indivíduo que habita em uma aldeia e que se parece nas suas representações estéticas; já no segundo texto ressalta a questão do preconceito e discriminação com os ancestrais nas áreas urbanas invisibilizando a sua história e cultura (figura 9).

Nessa seção é colocado em evidência as dificuldades enfrentadas pelos indígenas em termos de oportunidades de trabalho por conta do preconceito étnico, apresenta um quadro da população indígena distribuída em quantidade, com base em dados do IBGE (2022) (figura 9) nas cidades brasileiras que tem um maior número de indígenas; e uma charge que retrata a figura de duas pessoas sendo uma moradora de rua e outra indígena em uma cidade brasileira. Assim é possível fazer uma interligação de que os indígenas estão sendo forçados a migrarem para outras terras perdendo o contato com os seus territórios tradicionais às condições precárias no que compete a moradia nas grandes cidades vítimas de preconceito, discriminação racial e dos direitos legais

Figura 9 - Texto sobre a população indígena e atividade

Ser no mundo

MULTICULTURALISMO

A população indígena urbana

Quando se trata de temas ligados à população indígena brasileira, alguns estereótipos e preconceitos ainda persistem. Faça a leitura dos textos, do quadro e da charge a seguir para avaliar essa questão.

Texto 1

O índio na metrópole

Há hoje, dentro do imaginário da sociedade brasileira atual, certo estereótipo arbitrário acerca da definição sobre "quem é" e "quem não é" índio. Esse estereótipo, surgido nos tempos coloniais e reforçado ao longo da história, carrega consigo uma concepção de índio na qual alguns de seus traços culturais foram selecionados pela sociedade nacional como verdadeiros do ser indígena. Tais traços, enrijecidos no imaginário brasileiro, identificam como índio apenas aquele indivíduo que mora em aldeia e que se parece, nas suas representações estéticas, com um índio de tempos passados.

Mas, por incrível que pareça, há também índios que vivem em cidades. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, mais de 324 mil indígenas (36% do total) vivem em áreas urbanas no Brasil. [...]

RICHTER, Anderson; SILVA, Carolina R.; GUERATO, Yvian M. O índio na metrópole. *Carta Capital*, 19 abr. 2013. Seção Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-indio-na-metropole>. Acesso em: 23 fev. 2022.

Texto 2

Indígenas na cidade: pobreza e preconceito marcam condição de vida

Há muito tempo, a Floresta Amazônica deixou de ser o lar de milhares de indígenas. A escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as matas são alguns fatores que motivaram povos tradicionais a migrar para áreas urbanas. [...]

Apesar de buscar melhores condições de vida na cidade, a maioria dos indígenas vive em situação de pobreza, tem dificuldade de conseguir emprego e a principal renda vem do artesanato. [...]

Preconceito ainda é entrave

Morar em centros urbanos sem ocultar a ancestralidade e as próprias referências é ainda uma luta para mais de 315 mil indígenas [...].

"Há ainda forte preconceito e discriminação. E os indígenas que moram nas cidades são realmente os que enfrentam a situação assim no dia a dia, constantemente" [...].

PAIVA, Bianca; HENIN, Maria. Indígenas na cidade: pobreza e preconceito marcam condição de vida. *Agência Brasil*, 19 abr. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidade-pobreza-e-preconceito-marcam-condicao-de-vida>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL: ÁREAS URBANAS COM AS MAIORES POPULAÇÕES INDÍGENAS (2010)	
CIDADE	POPULAÇÃO INDÍGENA
São Paulo	11 918
São Gabriel da Cachoeira	11 016
Salvador	7 560
Rio de Janeiro	6 764
Boa Vista	6 072
Brasília	5 941
Campo Grande	5 657
Pesqueira	4 048
Manaus	3 837
Recife	3 665

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indígenas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.



LATUFF, Carlos Henrique. *Sem-terras e povos originários*. 2011. Charge.

1. Você concorda com a afirmação feita no texto 1 de que existem estereótipos relacionados à população indígena brasileira? Quais seriam esses estereótipos?
2. O trecho destacado no texto 2 aponta para qual problema social? Qual é a causa desse problema?
3. O que é retratado na charge? Como é possível relacioná-la com o trecho de notícia reproduzido no texto 2?
4. Quais são os principais desafios enfrentados pela população indígena que vive nas cidades brasileiras?

Fonte: Dellore, 2022.

No tocante sobre o currículo escolar é necessário que haja uma reflexão sobre este do ponto de vista do multiculturalismo, ou seja a diversidade cultural e a contribuição dos povos que constitui a sociedade brasileira em uma perspectiva socio cultural. Dessa maneira Silva (2005) destaca:

Contudo, torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores (SILVA, 2005 p.21).

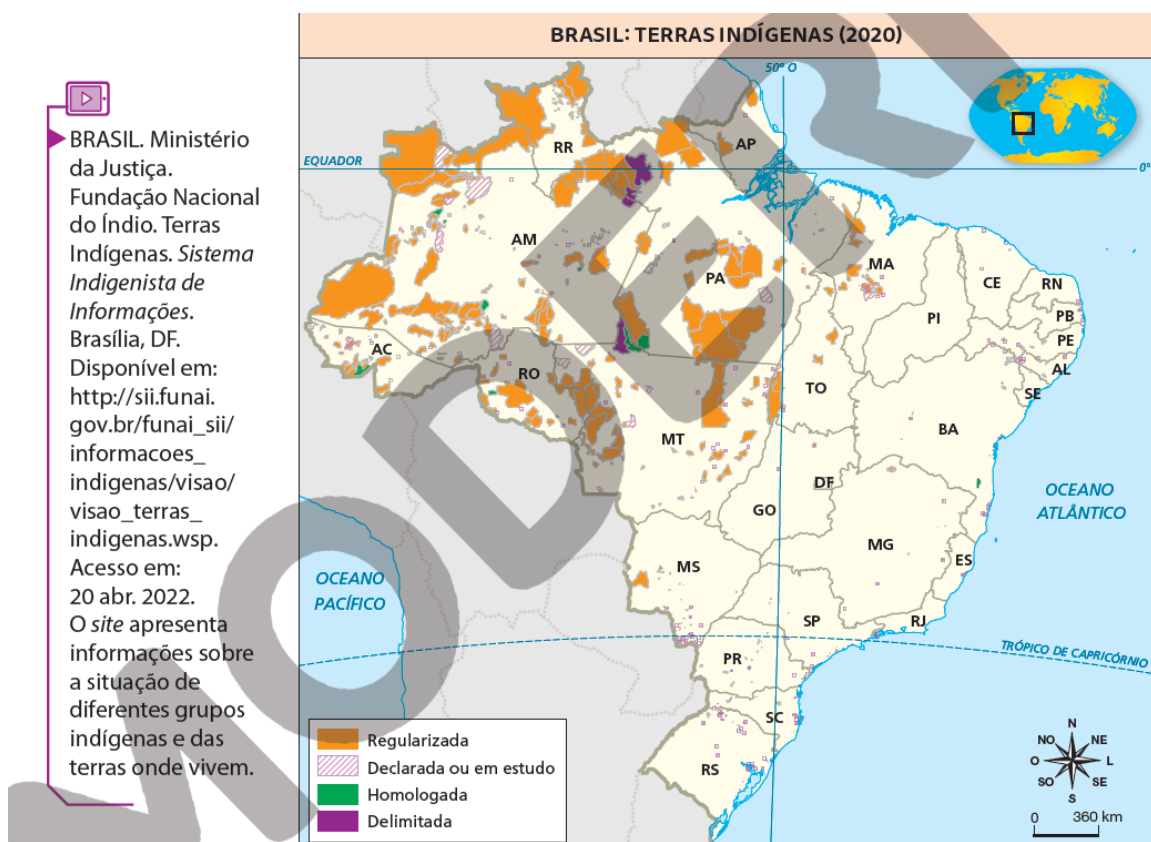
Essa citação reforça o que vem sendo colocados nos marcos legais da educação em termos de valorização dos povos originários na história e cultura africana, a necessidade dessa temática ser trabalhada nas escolas e fazer uma interligação com o cotidiano dos discentes de forma que os mesmos reconheçam a importância dos povos indígenas e africanos para a formação e configuração territorial do espaço geográfico em que vivemos respeitando as tradições dos seus

antepassados e assim poder promover que estes tenham uma maior visibilidade no espaço geográfico.

Um outro ponto que é apresentado na unidade Brasil: industrialização, urbanização e espaço rural na obra analisada, no capítulo 8 há um item sobre as terras indígenas na página 109, o qual elencado a exclusão dos povos indígenas no tocante da distribuição de terras no Brasil, os quais estão sendo excluídos, principalmente na Região Centro-Oeste, frente ao agronegócio disputam com os grandes empresários rurais terras que são suas por direito, o que ocasiona diversos conflitos territoriais.

E dando continuidade os autores na unidade na Região Norte no capítulo 11 sobre a temática mencionada anteriormente, há um tópico que sobre a demarcação das terras indígenas enfocando que a Região Norte é a que possui a maior concentração de população indígena em terras demarcadas no País e dispõe de um mapa Brasil sobre as terras indígenas do Brasil (figura 10)

Figura 10 - Mapa do Brasil delimitação de terras indígenas



No livro didático na Unidade Região Sul, na seção lugar e cultura no página 170 é colocado em pauta um texto sobre as comunidades quilombolas no Sul do Brasil pois historicamente essas começaram a surgir ao longo dos séculos XVII e XVIII durante o período de escravidão, que se insere no assunto das relações étnico-raciais e contribui de forma positiva para o conhecimento dos estudantes em valorizar cultura desses povos e a imagem de uma exposição fotográfica Quilombos rurais e o gaúcho negro como forma de valorizar a luta das comunidades negras por melhores condições de vida e contra o preconceito (figura 11). O que está de acordos com as habilidades da BNCC, que falam sobre a questão dos povos indígenas e que promove um debate orientado pelo docente para que os educandos façam uma análise descritiva da importância das comunidades quilombolas para o território nacional e a valorização dessas que são os principais questionamentos a serem respondidos após a leitura do texto.

Figura 11- Texto e atividades sobre as comunidades quilombolas

Lugar e cultura

MULTICULTURALISMO

Comunidades quilombolas no sul do Brasil

Apesar do predomínio dos grupos imigrantes europeus, o Sul do Brasil abriga cerca de 4% da população afrodescendente do país. A maioria vive nas áreas urbanas, porém uma parcela significativa vive nas áreas rurais, em comunidades quilombolas que se formaram ao longo dos séculos XVII e XVIII, durante o período de escravidão no Brasil.

No Rio Grande do Sul, havia 146 comunidades quilombolas identificadas até 2020, distribuídas por todo o estado.

Com o intuito de valorizar e dar mais visibilidade a essa cultura, o jornalista Eduardo Tavares e o historiador Gabriel Dienstmann criaram a exposição fotográfica *Quilombos rurais e o gaúcho negro*. Sobre o projeto, leia o trecho do texto a seguir.

[...] Para construir essa exposição, o jornalista e o historiador percorreram mais de 5 mil quilômetros pelo interior do Rio Grande do Sul, visitando 15 comunidades quilombolas. O objetivo do projeto é dar visibilidade aos quilombos rurais no Estado, valorizando a luta das comunidades negras por melhores condições de vida e contra o preconceito. [...]

Gabriel Dienstmann: “[...] O que nós percebemos nos quilombos que visitamos é que, apesar do processo de titulação estar travado, eles conseguiram conquistar muitos avanços através da mobilização quilombola. [...]

Mesmo não possuindo a titulação, quando eles se reconhecem como quilombolas e recebem o certificado de reconhecimento da Fundação Palmares, eles conseguem comprovar a posse da terra, o que já permite acessar uma série de políticas públicas e dar um salto de qualidade de vida muito grande. [...]”

WEISSHEIMER, Marco. Exposição resgata história dos quilombos rurais no Rio Grande do Sul. *Sul21*, 29 out. 2016. Seção Cultura. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/cultura/2016/10/exposicao-resgata-historia-dos-quilombos-rurais-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

Líder comunitário toca atabaque para crianças no Quilombo dos Machado, Porto Alegre, RS (2022).

1. Qual é a importância da titulação das comunidades quilombolas?
2. Na sua opinião, como projetos como o apresentado no texto contribuem para a valorização das comunidades remanescentes de quilombos?

170

Fonte: Dellore, 2022, p.170.

No livro ainda é mencionado a questão religiosa afro-brasileira com um texto que enfatiza o crescimento da discriminação dessas religiões, na parte introdutória apresenta as principais religiões de matriz africana, como o Candomblé, a Umbanda e dentre outras que fazem parte da diversidade religiosa do Brasil; dispõe de um quadro sobre a distribuição das religiões praticadas pela população brasileira IBGE (2010), e no desenvolvimento do texto é frisado que os cidadãos que praticam as religiões de matriz africana sofrem intolerância religiosa historicamente desde o período colonial e perfaz até os dias atuais esse mesmo comportamento; traz uma imagem que representa uma das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul com a finalidade de valorizar a cultura desses ancestrais (figura 12).

Essas discussões sobre a diversidade religiosa com destaque as de matriz africana nas aulas de geografia são de fundamental importância para que os educandos consigam obter um conhecimento amplo rompendo as barreiras da intolerância religiosa, das perseguições por estes manifestarem a sua fé e do preconceito através de atos como (agressões verbais, postagens na internet e a quebra de símbolos sagrados), promovendo espaços na sociedade a formação cidadã das pessoas, respeitando os seus valores e a sua identidade étnica.

Figura 12- Atividade sobre as religiões Afro-brasileiras

Para refletir

MULTICULTURALISMO

Por que as religiões afro-brasileiras sofrem mais discriminação?

Os rituais religiosos trazidos pelos povos africanos eram praticados no Brasil de forma secreta nos períodos colonial e imperial. Ao longo dos 300 anos de escravidão, esses rituais foram se consolidando de formas diferentes, à medida que eram influenciados pela cultura e pela religiosidade dos colonizadores europeus. Esse sincretismo deu origem ao que atualmente chamamos de religiões de matriz africana ou afro-brasileiras, como candomblé, umbanda, catimbó, cabula, entre outras, que fazem parte da rica diversidade religiosa do Brasil.

Observe a distribuição das religiões praticadas pela população brasileira de acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE.

Religião	População
Católica apostólica romana	123 280 172
Evangélicas	42 275 440
Espírita	3 848 676
Umbanda, candomblé e religiões afro-brasileiras	588 797
Outras religiões	5 185 065
Sem religião	15 335 580

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9622-censo-demografico-2010.html?edicao=9748&ts=resultados>. Acesso em: 7 mar. 2022.

As pessoas que praticam religiões de matriz africana sofrem intolerância religiosa desde o período colonial. Leia o texto a seguir.

Embora exista intolerância a outras religiões no Brasil, as religiões de matriz africana acabam por receber outras dimensões justamente por serem oriundas da África. Desde sua chegada ao Brasil, os praticantes de religiões de matrizes africanas foram alvo de perseguições por manifestarem a sua fé.

No continente de origem, o culto à ancestralidade é realizado em espaço público. No Brasil, os seus aspectos foram modificados como forma de proteção para evitar perseguições, por isso o motivo do sincretismo da Umbanda, por exemplo, com a religião cristã.

Mesmo modificando os ritos, os praticantes não conseguiram evitar perseguição e violência. Dados levantados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos apontam 697 casos de intolerância religiosa entre 2011 e 2015, sendo 71% contra praticantes de religiões de matrizes africanas. Muitas das agressões são verbais, incluindo postagens na internet. Mas também são registradas agressões mais graves, como incêndios nos terreiros, agressões físicas e quebra de símbolos sagrados.

RAIZES - A mulher nas religiões de matriz africana. Aná - Laboratório de Jornalismo Social, Porto Alegre, 28 maio 2018. Disponível em: <https://anajornalismo.com/reportagens/raizes-a-mulher-nas-religioes-de-matriz-africana/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

O Rio Grande do Sul é um dos estados com o maior número de praticantes de religiões de matrizes africanas no Brasil.

Os dados sobre religião do Censo 2010, divulgados [...] pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consagram o Rio Grande do Sul como o estado dos extremos religiosos. Estão em território gaúcho o município mais católico, o mais evangélico, o mais umbandista, o mais islâmico e o mais mórmon do país.

[...]

A principal explicação para a diversidade está na formação histórica do Estado. Imigrantes europeus de forte religiosidade, especialmente italianos, fundaram pelo interior comunidades que hoje são os municípios brasileiros com maior proporção de católicos. A imigração europeia também explica a liderança gaúcha no ranking dos municípios mais evangélicos. São cidades fundadas por luteranos vindos da Alemanha, que mantêm a tradição do credo de seus ancestrais.

Mas surpreendente é a força das religiões afro-brasileiras. Apesar de ser o segundo estado mais branco do país, o Rio Grande do Sul tem a maior proporção nacional de adeptos da umbanda e do candomblé - 1,47%, quase cinco vezes o percentual da Bahia. Estão em terra gaúcha as 14 cidades com mais seguidores dessas religiões, a começar por Cidreira.

MELO, Iamar. Dados do IBGE colocam municípios do Estado como campeões em credos. GZH, Porto Alegre, 30 jun. 2012. Disponível em: <https://gashach.clichs.com.br/gazeta/vermelho/2012/06/dados-do-ibge-colocam-municipios-do-estado-como-campeoes-em-credos-3006066.html>. Acesso em: 7 mar. 2022.



Festa de Iemanjá é realizada no município de Cidreira, RS (2019).

1. Como surgiram as religiões afro-brasileiras?
2. De acordo com o texto, por que as religiões afro-brasileiras sofrem discriminação? Quais são as formas mais comuns de intolerância religiosa?
3. Na sua opinião, o que pode ser feito para combater a intolerância religiosa no Brasil?

Fonte: Dellore, 2022 p. 180-181.

No campo educacional, os educandos tem culturas diferentes e quanto a religiosidade esses muitas vezes têm uma visão limitada na maioria das vezes por sua família terem passado apenas o ensinamento de uma doutrina religiosa como absoluta e única sem contempla a diversidade religiosa que existe no território brasileiro.

Como é colocado por Silva 2005 “Nas escolas, as crianças que tem valores culturais diferentes recebem como educação religiosa na maioria das vezes, valores que não contemplam a diversidade religiosa e a riqueza das diferenças culturais” (SILVA, 2005 p. 28). Dessa maneira é importante destacar os valores intrínsecos das diferentes formas de religião para minimizar os efeitos negativos da intolerância religiosa.

Ainda na visão da autora menciona anteriormente nas instituições e escolares e no material pedagógico devem acabar com esse paradigma do docente direcionar o seu discurso sobre uma única religião e ir além disso fazendo uma integração com as diversas religiões e promover nos estudantes uma percepção histórica cultural e crítica sobre os tipos de manifestações religiosas. Essa é uma das preocupações de Silva (2005) no currículo escolar e no ensino das escolas públicas ou privadas que podem trazer aspectos que afetem a cognição dos discentes de forma negativa: “A imposição de uma só matriz religiosa constitui-se em violência simbólica contra os grupos subordinados, que não têm poder para colocar seus conteúdos e significados culturais nos currículos de ensino das nossas escolas” (SILVA, 2005 p.29).

No capítulo 03 será dado continuidade sobre a temática das relações étnico-raciais, apresentando uma breve caracterização da escola onde foi realizado esse estudo, as ações que essa realiza/realizou sobre esse assunto, se estão de acordo com as legislações e os normativos específicos da educação, os projetos desenvolvidos na escola as práticas realizadas pelos docentes de Geografia na perspectiva de uma educação antirracista

Capítulo 03: AS RELAÇÕES ÉTNICOS- RACIAIS O ENSINO DE GEOGRAFIA E UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Esse capítulo tem como finalidade fazer uma reflexão sobre a temática das relações étnico raciais no campo da educação tendo como objeto de estudo a E.M. E.F. Agripino Ribeiro Filho.

Serão apresentados a forma como a escola tem se posicionado frente as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, normativos, a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2004) para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que exigem que nos espaços escolares sejam trabalhados ações que contemplem e valorizem a cultura e os saberes históricos dos povos africanos e indígenas para a sociedade brasileira.

O texto também menciona as orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais elaborado para o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) (BRASIL, 2006).

Além disso apresenta as diferentes etapas e modalidades da educação básica o qual reúne uma coletânea de textos que versam sobre um histórico da Educação Brasileira fazendo uma integração com a temática étnico-racial com abordagem desses e uma perspectiva de ações a serem realizadas.

Ainda no capítulo serão tratados o entendimento e as práticas desenvolvidas pelos docentes referente aos temas da questão racial, nas aulas com enfoque nas de geografia, com a finalidade de promover uma educação antirracista fazendo dessa uma ferramenta para combater o racismo uma prática muito presente ainda nos espaços escolares e que precisa ser minimizada para que os povos afro-brasileiros consigam ocupar o espaço de forma igualitária e tendo os mesmos direitos da democracia racial.

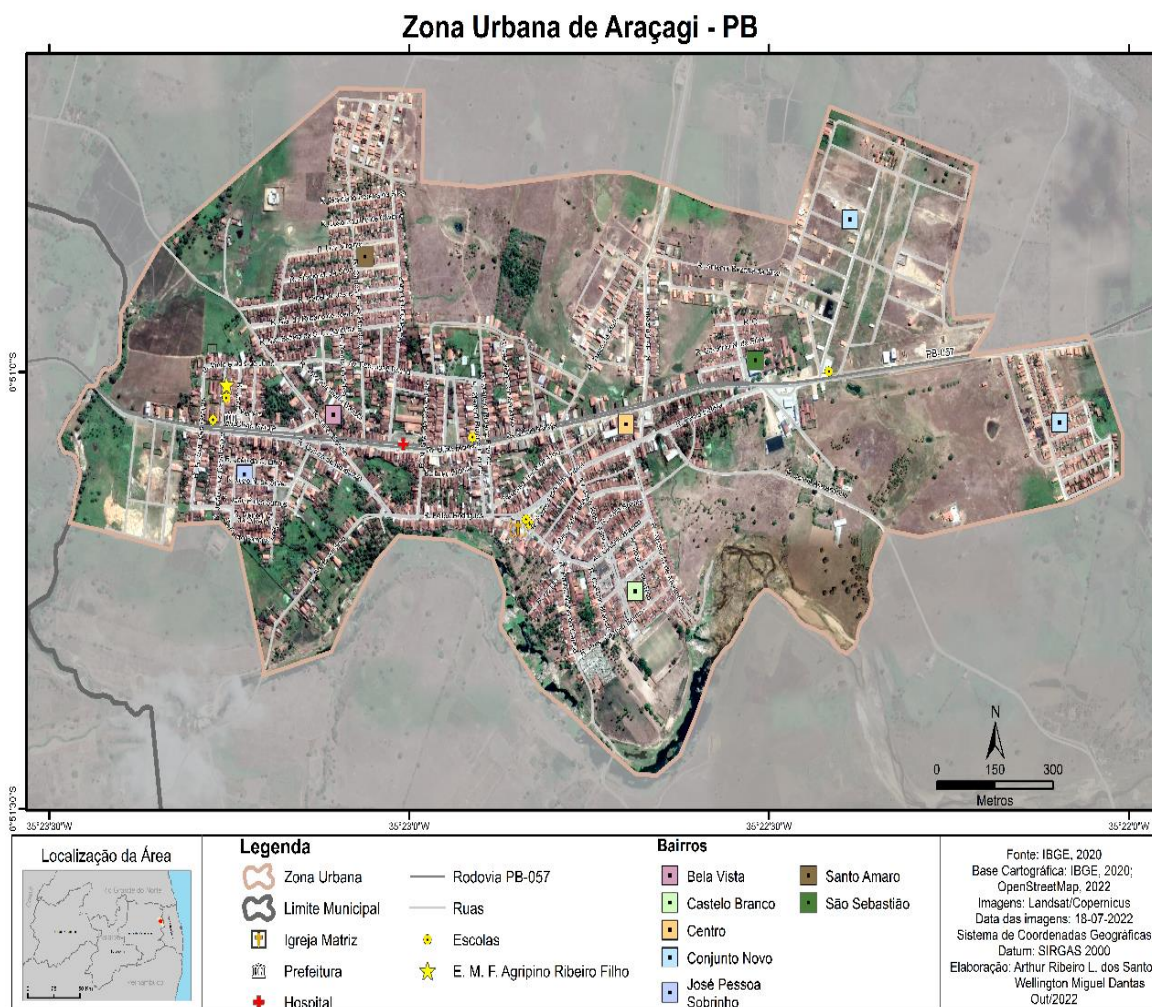
3.1 Caracterização da Escola

Do ponto de vista histórico a Escola Municipal de Ensino Fundamental Agripino Ribeiro Filho, foi fundada em 1998, na gestão do prefeito constitucional do município de Araçagi-PB, Dr. Vanildo Lívio Ribeiro Maroja, foi à realização construída para suprir a necessidade da demanda de alunos que era crescente, que a instituição trouxe para o Município por se situar na área urbana (Projeto Político Pedagógico- PPP,2024).

A referida escola recebeu este nome em homenagem póstuma a um filho araçaquiense que teve morte prematura e por ter deixado uma história de vida construída com dedicação, positividade e conduta, deixando registrado o bom momento vivido com a comunidade local e seu exemplo de vida respaldado na conduta de um jovem compromissado com os bons costumes e a moral.

A instituição de ensino: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Agripino Ribeiro Filho encontra-se situada na Rua Manoel Alexandrino S/N, Bairro: Bela Vista no Município de Araçagi-PB, na área urbana que encontra-se localizada na Região Imediata de Guarabira e na Região Intermediária de João Pessoa (IBGE, 2017) no estado da Paraíba (figura 13).

Figura 13 – Localização Geográfica do Município de Araçagi-PB



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2020 e elaborado por SANTOS, A. R. L e DANTAS, W. M. (2022).

Atualmente a gestora da escola é a Sr^a. CarmenLúcia Pessoa Dantas, a qual prestou todas as informações referente a caracterização da escola. A gestão escolar

no ano letivo de 2024 era composta por uma gestora, duas gestoras adjuntas e um coordenador pedagógico.

A referida escola da rede pública municipal oferta o nível de ensino Fundamental II no período diurno (6º ao 9º ano) – anos finais e no noturno a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ciclo III e ciclo IV e duas turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com discentes matriculados em todas as turmas. No que corresponde ao quantitativo de professores, agentes administrativos, auxiliar de serviços gerais, apoio, merendeiro, porteiro perfazem um total de 52 funcionários e oito mediadores do conhecimento.

Nas atividades de campo sob a ótica empírica posso destacar que a entrada da escola remete a um sentimento de acolhimento, observando a fachada desta que conta com uma placa de identificação com o nome da instituição, o brasão do Município de Araçagi e a logo da escola, o que caracteriza a identidade dessa, o compromisso e a responsabilidade com a educação, um outro elemento que se destaca é a rampa que favorece a inclusão de um PCD com deficiência física e outras com dificuldade de mobilidade. Existe uma árvore na frente da escola ainda conta com árvores que serve para os encontros e boas conversa para os alunos e moradores da comunidade escolar.

Nos fundos da escola se tem um portão que dá acesso a outra rua e a um órgão da EMPAER (Empresa Paraibana de Pesquisa e Extensão Rural). (figura 14)

Figura14 - Vista aérea da Escola Agripino Ribeiro Filho, no Município de Araçagi/PB





Fonte: pesquisa de campo 2025

No que corresponde à infraestrutura a mesma conta com nove salas de aula, uma sala de gestão escolar, uma sala arquivo, uma sala de leitura, uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as Pessoas Com Deficiência (PCD), uma cantina, quatro gela água, uma caixa de água para abastecer a entidade escolar no caso de falta d'água, quatro banheiros, sendo dois destinado aos educandos, um para os educadores e funcionários e um para os PCD. E uma área ampla para lazer no intervalo dos alunos, o cultivo de hortas e plantas ornamentais (figura 15).

Figura 15 - Ambientes da Escola Agripino Ribeiro Filho



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025

A instituição de ensino não conta com uma quadra poliesportiva, por isso as aulas práticas de Educação Física são realizadas duas vezes por semana, no contraturno, no ginásio o “Onildão” que pertence a Prefeitura Municipal de Araçagi-PB. Um outro espaço que não se tem disponível é um auditório para realizar eventos comemorativos, reuniões pedagógicas ou outra atividade sendo estas realizadas no local onde funciona a cantina que tem um espaço amplo para fazer essas atividades.

O público-alvo desse estudo são os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental II que se estende do 6º ano ao 9º ano- anos finais (tabela - 1) numa faixa etária compreendida entre 10 a 14 anos, os quais são da Zona Rural e Urbana e estudam no Turno diurno Manhã e Vespertino.

Tabela 1 – quantitativo de alunos na E. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho no Município de Araçagi (PB).

ENSINO FUNDAMENTAL II – Anos finais		
MANHÃ	6º A	33
	6º B	34
	7º A	28
	7º B	27
	7º C	24
	8º A	38
	8º B	36
	9º A	33
	9º B	36
TARDE	6º C	50
	7º D	32
	7º E	28
	8º C	24
	9º C	36
TOTAL		459

Fonte: acervo da escola, 2024

As salas de aula são amplas com um tamanho padrão ideal que comporta a quantidade de 35 a 50 alunos em média por turma e tem os seguintes objetos: ar-condicionado, carteiras, quadro branco, uma mesa, uma estante para os educadores guardarem os livros didáticos a serem utilizados no decorrer das aulas, uma smartTV conectada a internet e ainda é um espaço onde há troca de conhecimento entre docentes e discentes durante o ano letivo (figura 16)

Figura16 - Salas de Aula da Escola Agripino Ribeiro Filho

Fonte: Pesquisa de Campo, 2025

A escola disponibiliza um acesso para alunos e alguma pessoa PCD que necessite utilizar espaço físico ou serviço da escola. Na estrutura física disponibiliza de três rampas uma na entrada da instituição, outra que dá acesso a locomoção nos corredores e uma que dá acessibilidade a outros espaços escolares. Em virtude de se ter 3 alunos com deficiência física a escola conta com cadeiras de rodas para esses terem um acesso aos espaços de aula e oferece o serviço de mediadores do conhecimento para auxiliar os alunos com deficiência física, surdez Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Intelectual e tetraplégico.

A unidade escolar não dispõe de uma biblioteca, mas conta com uma sala de leitura que é utilizada para os alunos realizarem pesquisas e a leitura de livros paradidáticos para complementar a sua formação e possam se tornar sujeitos críticos e reflexivos. A mesma contém um acervo de livros que estão organizados por área de conhecimento: obras de Língua Portuguesa e Inglesa, Artes, Educação Física, História, Geografia, Matemática, Ciência e Ensino Religioso, literatura, dicionários de língua portuguesa e inglesa, atlas, revistas educativas infantil, história, geografia, matemática atlas, dicionários, revistas educativas. O alunado quando necessita fazer alguma pesquisa solicita o material necessário ao funcionário responsável por essa dependência da instituição com o prazo de 8 dias para devolução.

Os recursos tecnológicos presentes na escola são: um notebook, um Datashow e uma tela de projeção que são utilizados durante o planejamento pedagógico, os encontros formativos com os docentes, reunião com pais e mestres, eventos comemorativos como o dia das mães, dos pais, dos estudantes, a culminância de algum projeto desenvolvido pela escola, palestras educativas com algum profissional da educação ou de áreas afins. Esses recursos também são

utilizados durante as aulas de alguns professores, pois ainda estão se adaptando a fazer uso dessas ferramentas tecnológicas nos espaços educativos.

Os professores que lecionam na escola no Ensino Fundamental II- anos finais diurno perfazem um total de 28 professores, sendo 25 atuando em diferentes áreas do conhecimento e 3 em Geografia no qual apenas 2 desses tem formação na ciência geográfica e outro que é formado em Pedagogia.

O planejamento escolar com os docentes é realizado quinzenalmente, alinhados a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por área do conhecimento, Linguagens, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso. A escola trabalha a interdisciplinaridade nas ações educativas e projetos de pesquisa, isso facilitou o processo de escolha do livro didático – Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no ano de 2023 a ser utilizado no ano de 2024, pois em consenso os profissionais optaram pela editora Moderna, havendo apenas uma discordância em relação as coleções porque as componentes curriculares de Língua Portuguesa, História e Inglês optaram respectivamente pela coleção super ação e Se Liga na Língua Inglesa e as demais optaram pela coleção Araribá.

O processo avaliativo realizado pelos docentes consiste em simulados unificados interdisciplinares ao final de cada bimestre, com questões objetivas medida adotada como forma de preparar os educandos para as avaliações em larga escala como : a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), Sistema de Avaliação da Educação Básica da Paraíba (SIAVE), As avaliações formativas e monitoramento da Paraíba – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação CAED das componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática ,Ciências; e avaliações feitas pelos docentes.

Dentre as escolas públicas da rede de ensino municipal em Araçagi-PB, a E. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho, segundo o portal de dados educacionais QEdU, a referida escola possui um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 3,6 o que coloca a entidade de ensino abaixo da meta de 4,0 para o ano de 2023, deixando abaixo da média de 0,4 pontos da última avaliação e isso se dá devido as lacunas deixadas no período da pandemia e pós pandemia que ocasionou um grande déficit de aprendizagem dos discentes. Em relação a última avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB (2023) revela que a escola apresenta as seguintes informações: nas disciplinas avaliadas nesse instrumento

avaliativo: Língua Portuguesa 19% e Matemática 4% o que indica que grande parte dos educandos não apresentam um bom nível de aprendizagem.

De acordo com informações fornecidas pela Gestora Escolar e descritas no PPP da Escola, dentre os projetos que vem sendo desenvolvidos pela escola estão (quadro 4):

Quadro 4 Projetos e ações desenvolvidas pela E.M.E.F. Agripino Ribeiro Filho

Projeto/ Plano de ação	Ano de execução
- Projeto de intervenção pedagógica. O Agripino vai longe com a leitura subtema: a leitura interdisciplinar na construção do conhecimento: lendo, interpretando e produzindo vinculado ao programa brasil na escola	(2021-2022);
- Sociedade, família e escola: todos pela sustentabilidade, “uma práxis socioambiental da e. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho no Município de Araçagi- PB”	(2022)
- Plano de ação da escola - PDDE educação e família (PEF)	(2022)
- Projeto sexta da cesta de leitura: uma abordagem interdisciplinar na construção do conhecimento, lendo, interpretando e produzindo da E. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho; uma extensão integrada a gêneros textuais	(2023)
Projeto sarau literário: “memórias póstumas da professora Monique Viana de Oliveira Ângelo: um legado na história da educação do município de Araçagi-PB”- uma experiência na E. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho	(2023)
- Plano de ação da escola – PDDE Escola e Comunidade (PROEC)	(2024)
- Consciência negra: “um resgate dos saberes históricos e culturais dos povos africanos à luz do conhecimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na E. M. E. F. Agripino Ribeiro Filho, no município de Araçagi PB”	(2024)

Fonte: PPP, 2024

A escola tem como missão realizar a expansão das atividades desenvolvidas ao decorrer do ano letivo e estimular os profissionais a participarem de eventos como o Congresso Nacional de Educação (CONEDU), dessa forma participou de duas edições no ano de 2022 e 2023 apresentando em espaços de socialização do conhecimento, os resultados de ações de projetos desenvolvidos pela mesma. E isso contribuiu de forma significativa para que houvesse um amplo conhecimento na área educacional e foi muito impactante partilhar essa experiência com os docentes, discentes e demais profissionais da educação da relevância das atividades que estes vem realizando no âmbito escolar e o quanto isso é importante para se ter uma educação transformadora.

Em relação aos programas e os recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) em uma esfera nacional que são disponibilizados para a escola a gestora destacou que são: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que está dividido em PDDE Básico e o PDDE qualidade com os programas Brasil na Escola, escola conectada, escola acessível, Educação e Família e no ano de 2024 a escola foi contemplada com os programas Escola e Comunidade (PROEC) e Escola das Adolescências.

No que se infere à assistência psicológica e social de profissionais como: psicólogo ou assistente, o município tem um profissional de cada área vinculados a secretaria municipal de Educação que atendem dentro das suas possibilidades a todas as escolas municipais com oficinas e palestras sobre temas de grande relevância: bullying, Educação e família, ansiedade, transtorno alimentares, e campanhas de conscientização de mês alusivos como exemplo, agosto lilás – violência contra as mulheres, setembro amarelo- prevenção ao suicídio.

A pesquisa demonstrou com base nas arguições feitas pela Gestora da escola que:

Apesar de haver programas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) referente a Educação e Família na Escola é muito difícil conseguir uma parceria unificada e integrada, pois a participação dos pais/responsáveis não é efetiva e quando são convidados a participar de algum evento, uma pequena parcela participa; um outro ponto é o uso excessivo do celular pelos alunos na escola que apesar de serem advertidos a utilizar esse aparelho eletrônico apenas para fins educativos, alguns ainda o utilizam para atividades como jogos e isso vem interferindo no processo de ensino-aprendizagem (Entrevista concedida pela Gestora, 2024).

3.2 Ações desenvolvidas pela Escola Agripino Ribeiro Filho no Município de Araçagi/PB frente a questão das relações étnico-raciais

No que infere-se sobre trabalhar a temática das relações étnico-raciais na Escola Agripino Ribeiro Filho, a gestão escolar e a coordenação pedagógica ressaltaram que não há uma ação efetiva referente ao assunto;

Mas que em cumprimento as exigências em documentos normativos como as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e por conta do dia da consciência negra; a instituição viu a necessidade de abordar esse assunto nos espaços de aula e isso se consolidou com uma das orientações iniciais feitas pela secretaria de Educação do Município de que os docentes do Componente Curricular de História trabalhassem nas suas aulas a contextualização histórica e cultural dos povos indígenas e

africanos, com textos e oficinas pedagógicas de forma a instigar os educandos a valorizarem estes povos e minimizar os efeitos do racismo contra esses e sendo assim essa foi a primeira medida a ser trabalhada na escola.

Em razão do dia da consciência negra ser uma data comemorativa e que está descrito em uma das atividades a ser realizadas na escola a gestora escolar e o coordenador pedagógico elaboraram o seguinte projeto: CONSCIÊNCIA NEGRA: “UM RESGATE DOS SABERES HISTÓRICOS E CULTURAIS DOS POVOS AFRICANOS À LUZ DO CONHECIMENTO DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008 NA E. M. E. F. AGRIPINO RIBEIRO FILHO, NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI PB” o qual buscou trabalhar de forma interdisciplinar o dia da consciência negra (20 de novembro) enfatizando os aspectos históricos, culturais dos povos africanos, a sua importância para diversidade étnica do Brasil, além de abordar os efeitos do racismo que se enquadra do ponto de vista biológico o qual está centrado no fenótipo apenas da cor e o estrutural e a desigualdade racial ainda bastante presente na sociedade brasileira na qual as pessoas ainda são vítimas do preconceito e da discriminação das raças e etnias e elencar ações pedagógicas que auxiliem no combate ao racismo.

Nesse contexto o objetivo desse projeto foi de despertar o interesse do corpo docente e discente referente a “História e cultura afro-brasileira enfatizando os aspectos históricos, econômicos culturais, artísticos e a musicalidade da África.

Um ponto motivacional para a realização dessas atividades pedagógicas é de que no município de Araçagi/PB o dia da Consciência negra já faz parte do calendário e no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2024) da Escola Municipal De Ensino Fundamental Agripino Ribeiro Filho, no cronograma de atividades está descrito uma atividade a ser realizada em comemoração a esse dia histórico da representatividade de um povo étnico que compõe a população brasileira.

Por esse assunto ter sido incorporado no documento que rege as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2004) para a Educação das relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E está implícito na Base nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), nos livros didáticos nos objetos de conhecimento a serem trabalhados na sala de aula principalmente nas áreas de linguagens, ciências humanas, Ciências da natureza, Ensino Religioso e que devem ser interligados a outras como é o caso da matemática de forma interdisciplinar.

E no campo dos educandos para instigar nesses a consciência, o respeito com as pessoas que fazem parte de um grupo social étnico diferente do seu, conhecendo e valorizando os aspectos históricos e culturais desses e assim combater a prática do racismo e da discriminação ainda bastante presente no seu cotidiano.

Após essa etapa foi feita a socialização do projeto com os docentes em planejamento pedagógico deixando bem claro que as atividades fossem desenvolvidas numa perspectiva interdisciplinar e que as mesmas resultariam em uma culminância alusiva ao dia da “Consciência negra” e que seriam resultados das práxis educativas realizadas por esse em sala de aula em seus respectivos componentes curriculares como estão descritos no quadro (5):

Quadro 5 - Atividades desenvolvidas pelos docentes no projeto de Consciência Negra.

Áreas do conhecimento	Atividades	Responsáveis
Língua Portuguesa	Leitura, declamação e interpretação dos gêneros textuais poesia, poemas e charges sobre os povos negros, o dia da consciência negra; - Painel com Expressões racistas; - Autores que se destacam com a temática étnico racial - Djamila Ribeiro; - Conceição Evaristo; - Sueli Carneiro; - Paulo Lins; - Ângela Davis; - Expor imagens de livros e autores que abordem o povo negro e o racismo: Gênero textual: Biografia e Sinopse Como o superando o racismo na escola (Kabengele Munanga) Casa Grande e Senzala (Gilberto Freyre)	Docentes da componente curricular
Língua Inglesa	- Painel com Expressões racistas; - Músicas em inglês sobre a cultura negra; - Expor obras da Língua inglesa que enfatizem a cultura negra;	Docentes da componente curricular
Artes	Confeccionar com os discentes máscaras africanas de diferentes povos africanos, como exemplo o Bakongo e dentre outros enfatizando as manifestações artísticas e culturais. -Telas de quadro que representem a cultura e as paisagens africanas - Artesanato Africano;	Docentes da componente curricular

História	A história dos povos africanos Cultura africana; Culinária africana (Feijoada, o acarajé, o vatapá, o caruru e entre outras; Brincadeiras africanas; Mulheres negras do Brasil; Líderes políticos negros; Leis 10.639/2003 E 11645/2008; Datas comemorativas 21-03 dia da discriminação racial 25-05 (dia Mundial da África) 25-07 dia da mulher negra A história das tranças dos negros;	Docentes da componente curricular
Geografia	Pesquisas sobre a Miscigenação da população brasileira; A Geografia do continente africano aspectos naturais e físicos; - Exposição com os pontos turísticos do continente Africano; - Mosaico de mapas sobre o potencial natural da África, demografia, população; - Pannel de curiosidades da África	Docentes da componente curricular
Matemática	Construção de jogos matemáticos que enfatizem a África - Jogo Tsoro Yematatu - Jogo Senet e probabilidade; Circunferência e o jogo Shima; A proporcionalidade e a pintura no Ensino Educacional Especializado Sona desenhos matemáticos na areia; - Jogo Mancala, garrafinha, o labirinto, matacazuna, mete-mete,	Docentes da componente
Ensino Religioso	As religiões de matriz africana;	Docentes da componente curricular
Educação Física	-A musicalidade (samba, bossa nova, o axé e entre outros) Estilos musicais (afro-brasileiros: forró, maracatu, reggae, samba, candomblé) Personalidades negras que se destacaram na música e na dança Dança (o samba, o maracatu, o coco, o frevo, o maculelê e entre outros a herança cultural da África; A capoeira uma forma de arte marcial afro-brasileira	Docentes da componente curricular
Ciências	- O conhecimento das plantas medicinais; - Fauna e flora do continente Africano;	Docentes da componente curricular
Sala AEE	- A biografia de Zumbi dos palmares e a sua importância para os povos afrodescendentes; Lei da Consciência Negra;	Docentes da componente curricular

Fonte: Acervo da escola, 2024

Diante do exposto, comprova-se que o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização e Diversidade social (SECAD), apresentam no ano de (2006) um documento de orientação para a Educação das Relações Étnico- Raciais como uma das ferramentas a ser utilizadas pela comunidade escolar que inclui o corpo docente e pedagógico que trabalham com esse assunto na escola na Educação Básica. O mesmo traz orientações para o Ensino Infantil, Fundamental, Médio e na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Partindo-se dos elementos que compõe o documento mencionado anteriormente no que diz respeito ao Ensino Fundamental foco desse estudo um dos pontos que nos chama atenção é sobre se trabalhar a interdisciplinaridade em temas como as relações étnico-raciais que já possam estar incorporados no Projeto Político Pedagógico da Escola e desenvolvidos em ações pelos docentes de todas as componentes curriculares, como as aulas, projetos de pesquisa e demais eventos que a mesma venha a realizar. Como afirma Brasil (2006):

A troca de experiências, fundamental à proposta interdisciplinar esbarra-se nesta visão ocidental do tempo. Este elemento disciplinador, mecanizado e construído socialmente que dificulta nossas ações, que em geral, sempre falta na hora de sistematizarmos nossos sonhos e projetos, deve ser levado em conta ao construirmos alternativas. (BRASIL, 2006, p. 59).

Assim, esse documento ainda reforça a ideia de que ao incorporar propostas da implementação da lei 10.639/2003 utilizar-se de uma abordagem interdisciplinar significa abrir espaços de diálogos que contemplem a socialização, a partilha de saberes e experiências que fortaleçam uma educação antirracista. Aliado hoje a uma outra diretriz educacional que é a lei 11.645/2008 aprovada apenas algum tempo depois, por isso não é mencionada no documento elaborado pelo Ministério da Educação, mas que vem sendo muito utilizada na educação brasileira.

Nesse sentido, frente a todas as questões colocadas a gestão escolar, juntamente com o corpo de docentes e os demais funcionários, realizaram I Mostra Cultural da Diversidade Afro-Brasileira da E.M.E.F. Agripino Ribeiro Filho, no Município de Araçagi/PB, nos dias 28 e 29 de novembro de 2024 em comemoração ao dia da consciência negra, homenageando Zumbi dos palmares um dos grandes líderes quilombolas do País que teve um papel fundamental na luta e resistência do regime escravagista e destacando os aspectos históricos e culturais dos povos africanos que deixam traços marcantes para a cultura brasileira. (figura 17)

Figura :17 - Arte de divulgação do Projeto Consciência Negra



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Esse evento foi sistematizado em 5 salas temáticas: Zumbi dos Palmares, Os Povos africanos: a literatura e a arte (Linguagens); a história e a geografia dos povos africanos (Ciências Humanas); As religiões africanas, a musicalidade e a diversidade da fauna e flora (Ensino Religioso, Ciências e Educação Física) e a de jogos matemáticos africanos (Matemática), trabalhando a interdisciplinaridade, contou com a participação do público interno os educandos apresentando os seus trabalhos e do externo, pois algumas escolas da rede municipal de Araçagi-PB: a Escola de Ensino Fundamental Alice de Almeida Carneiro e a Escola de Ensino Fundamental Margarida Pessoa Coutinho e da rede Privada a Escola Águia Colégio e Curso. E também contou com a visita da Secretaria de Educação do Município, a comunidade escolar, a família e as pessoas que residem ao entorno da escola.

A sala temática 01 (AEE) – Zumbi dos palmares organizada pelas mediadoras do conhecimento, contou com apresentações de trabalhos feitos pelos PCD que enfatizaram a história desse líder negro com um mapa conceitual contando a sua biografia e alguns fatos que marcaram a sua trajetória, a lei 12.519/2011 que oficializa o dia Nacional de Zumbi e da consciência negra e um dos marcos para refletir sobre a superação das desigualdades raciais, um painel intitulado de consciência negra e com algumas palavras contra o racismo, além de uma árvore do preconceito com algumas expressões racistas como forma de conscientizar os cidadãos que algumas palavras que mencionam podem ofender os povos africanos, algumas máscaras africanas confeccionadas pelos alunos.(figura 18)

Figura 18 - Sala temática Zumbi dos Palmares



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Outra sala 2 - Os Povos africanos: a literatura e a arte apresentaram uma breve contextualização quanto a poesia, destacando alguns poetas como exemplo Machado de Assis e Castro Alves conhecido como o poeta dos escravos, Autores que se destacam com a temática étnico racial Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo; Sueli Carneiro e dentre outros, um glossário de expressões (anti) racistas, um mural com expressões e imagens na Língua Inglesa contra o racismo, exposição de livros que abordam a temática do racismo e telas de pinturas africanas feitas pelos discentes em sala de aula e expostas no evento em uma galeria, com imagens de representatividade da cultura africana e algumas paisagens, máscaras africanas, a exemplo as dos povos Bakongo, e dentre outros povos (figura 19).

Figura:19 - Atividades da Sala temática - os povos africanos, a literatura e a arte



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

A sala 3 - História e a Geografia dos povos africanos (Ciências Humanas) do ponto de vista histórico trouxe um painel com as leis 10639/2003 e a lei 11645/2008 que foi um dos marcos regulatórios no campo educacional para que os africanos e os indígenas conseguissem ter uma melhor visibilidade dos elementos culturais e histórico desses povos, um mapa conceitual com a histórias dos povos africanos, uma exposição com fotos de alguns líderes políticos: Nelson Mandela, Machado de Assis, Zumbi dos Palmares, Barack Obama, Nilo Peçanha e etc., a representatividade do gênero feminino pela sua beleza e cultura, neste local também havia duas alunas caracterizadas com vestimentas dos povos africanos destacando os aspectos culturais, no campo da culinária foi montado uma mesa com pratos de comidas de origem africana e que foram incorporadas no Brasil como exemplo a feijoada um dos pratos que é muito consumido neste país e um painel com as datas comemorativas 21-03 dia da discriminação racial, 25-05 (dia Mundial da África) e 25-07 dia da mulher negra que remetem as conquistas e a valorização desses. (figura 20).

Na seção de Geografia foram elencados os seguintes pontos : uma mapa conceitual elencando a miscigenação da população brasileira, um mosaico de mapas confeccionados pelos alunos quanto a localização do continente africano, as suas formas de regionalização, o clima, uso e ocupação do solo e as atividades econômicas na África, uma exposição de fotos e um conjunto de maquetes com os principais pontos turísticos do referido continente, um painel e uma caixa de curiosidades da África para que as pessoas que visitassem a sala conseguissem conhecer um pouco sobre esse continente, outro painel enfatizando os objetivos do desenvolvimento sustentável que foi trabalhado no conteúdo do livro didático e explorado na exposição para que pudesse ser partilhado as experiências vivenciadas no espaço das aulas com outros discentes, docentes de outras instituições. E um outro elemento de destaque foi a bandeira da África que foi apresentada por um aluno explicando o significado dessa.

Figura:20- Atividades da sala de História e Geografia dos Povos Africanos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

A Sala 4 apresentou a temática: as religiões africanas, a musicalidade e a diversidade da fauna e flora. Destacando no campo das religiões um mosaico de imagens das principais manifestações religiosas afro-brasileiras: o candomblé, a umbanda e entre outros aspectos referente ao tema. (figura 21).

Um outro aspecto que foi de grande relevância infere-se a um mural composto por figuras dos principais tipos de animais e de vegetação, a sua

distribuição, algumas características biológicas, como o nome científico e porque esses são encontrados no continente africano.

Ainda nesse espaço de conhecimento do ponto de vista cultural da África quanto a musicalidade: com um painel de fotos representando os instrumentos da capoeira, a apresentação de um grupo de capoeira Navio negreiro do Município de Araçagi- PB no qual alguns dos alunos fazem parte, tendo como um dos líderes um dos pais dos educandos, foi exibido um cine vídeo que reuniu a contextualização de danças como o samba, o maracatu, o coco, o frevo, o maculelê e entre outros da herança cultural da África; estilos musicais (afro-brasileiros: forró, maracatu, reggae, samba, candomblé).

Figura: 21- Atividades da sala musicalidade, religiões africanas e fauna e Flora da África



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Na sala 5 Jogos matemáticos africanos (matemática) reuniram jogos que enfatizaram a África como: Jogo Tsoro Yematatu, Jogo Senet e probabilidade; Circunferência e o jogo Shima; A proporcionalidade, anel africano, mancala, labirinto africano e a pintura no Ensino Educacional Especializado Sona desenhos na areia e um painel sobre os matemáticos africanos contribuições significativas para o desenvolvimento da matemática (figura 22).

Figura 22- Sala de Jogos matemáticos africanos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Portanto, ações como essas na área da educação são essenciais, pois as mesmas tiveram o docente como mediador do processo ou seja, este esteve durante o período do início do 3º bimestre do ano letivo, trabalhando o assunto da consciência negra como um tema interdisciplinar incorporado as suas aulas das componentes curriculares bases da educação, fazendo uso de teorias, a confecção e produção de trabalhos a serem apresentados na I mostra cultural da Escola Agripino Ribeiro Filho , o qual os faz como sujeitos protagonistas desse evento porque fizeram arguições sobre o conteúdo abordado em sala de aula, fazendo socializações com o público interno e externo.

Como forma de contribuição e de aprendizado desses alunos estão as questões voltadas a contextualização histórica da África enfatizando alguns aspectos como, a geografia, a cultura, a religiosidade, a linguagem, o potencial natural, a sua biodiversidade, a culinária, as conquistas adquiridas pelos povos africanos ao decorrer do tempo para representarem com destaque na sociedade a

sua identidade étnica e a sua contribuição étnica principalmente para o território brasileiro.

Na ânsia de busca compreender o entendimento das docentes de Geografia da Escola Agripino Ribeiro Filho no Município de Araçagi-PB, frente as relações étnico-raciais no contexto escolar realizamos entrevistas estruturadas e semiestruturadas com 3 profissionais da Educação Básica das quais 2 tem Graduação em Geografia e Especialização na área de conhecimento que estão atuando e 1 tem Graduação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia institucional, atuando na educação há mais de 28 anos, quanto a etnia se consideram parda com questões norteadoras sobre o conhecimento que estes tem a respeito do tema, a forma que adquiriram essa informação, se os mesmos tem conhecimento da lei 10639/2003 que tem como elemento norteador a temática das relações étnico-raciais, outros aspectos abordados foram sobre a maneira como está sendo trabalhado esse assunto na sala de aula e se estão recebendo alguma formação específica para que isso aconteça.

Diante do exposto as descrições das falas dos sujeitos da pesquisa descrevem o modo como se deu a abordagem das relações étnico-raciais na escola em questão quanto indagados sobre o conhecimento dos mesmos estes afirmaram que tinham conhecimento desses e que os obtiveram a partir dos seguintes meios de comunicação pelas docentes¹ :

A **Docente 01** indagou que “obteve essa informação sobre as relações étnico raciais a partir do diálogo com os colegas de trabalho e da internet em notícias que tratam das questões de raça/etnia” (entrevista concedida pela docente, 2025).

Em quanto a **Docente 02** destacou que teve “conhecimento sobre o assunto com os colegas de trabalho e nas redes sociais as quais são veículos de comunicação amplo” (entrevista concedida pela docente, 2025).

E a **Docente 03** destacou que “soube a respeito do tema das relações étnico-raciais de forma diversas a partir de leitura de textos em revistas, livros, consultas na internet em sites e em postagens nas redes sociais” (entrevista concedida pela docente, 2025).

¹ Optou-se por uma identificação fictícia para se preservar a integridade e o anonimato dos colaboradores da pesquisa para atender as exigências éticas da pesquisa. Desta feita, as 3 entrevistadas serão identificadas no decorrer do texto por meio de referências a docente 1, 2 e 3

Sendo, assim sobre o tema das relações étnico-raciais conseguimos comprovar nas falas das entrevistadas que elas se mantêm atualizadas e que dialogam com os outros docentes sobre as mudanças que ocorrem na educação e também buscam informações em meios de comunicação referente a novos normativos e alterações na educação e isso é muito significativo não apenas para essa temática, mas também para as outras que vierem a surgir porque faz com que traga avanços no ato educativo.

No tocante sobre uma das normativas que utilizamos como ferramentas nesse estudo a lei 10.639/2003 que contempla a questão das relações étnico-raciais na sala de aula, quando questionadas se já ouviram falar dessa? todas mencionaram que sim e que acham de forma positiva a inserção dessa temática na sala de aula. A autora Gomes (2012) ressalta que com uma mudança estrutural no currículo escolar por conta dessa normativa abre-se um caminho para a construção de uma educação antirracista: [...] “que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna o público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural” (GOMES, 2012 p.105).

No que refere-se a uma formação específica sobre a questão das relações étnico-raciais no campo da Educação foi constatado que não houve nenhuma. Alguns outros questionamentos foram referentes a questão de trabalhar esse tema na sala de aula e na escola? e foi identificado na fala das três docentes que “acham pertinente e ser trabalhado na área educacional e que na escola Agripino Ribeiro Filho foi executado um projeto interdisciplinar que foi feito apenas em comemoração ao dia da consciência negra no mês de novembro do ano de 2024, mas que devem ser realizadas ações em uma escala maior”.

Esses discursos feitos pelas interlocutoras da pesquisa comprovam o que as mesmas tem conhecimento sobre o tema das relações étnico raciais e que acham de grande relevância trabalharem esse assunto na sala de aula, mas que por outro lado sente-se despreparadas e inseguras para abordar essa temática nos espaços de aula por conta das lacunas deixadas pelo sistema educacional em termos de formação continuada e as orientações que recebem é de trabalhar o tema apenas no dia da consciência negra e que é quando trabalham isso de forma superficial na escola em que atuam. Porém isso é um tema que deve ser trabalhado durante todo o ano letivo.

Dando continuidade ao diálogo sobre a questão das relações-étnicos tendo como tópicos a serem destacados: a abordagem da temática e os materiais utilizados nas aulas os sujeitos da pesquisa destacaram o seguinte:

A **Docente 01** sim. abordo a temática das relações étnico-raciais na sala de aula a partir de apresentação de um seminário pelos educandos sobre a questão da etnia e raça presentes no Brasil. Também utilizo o livro didático de Geografia que faz menção sucinta ao tema no 8º ano quando fala sobre a população da África que aponta de forma quantitativa a distribuição dos povos africanos. E faço uso de outros materiais complementares como textos que enfatizam a questão racial. (Entrevista concedida pela docente, 2025).

A **Docente 02** mencionou que trabalha nas suas aulas a temática das relações étnico raciais na disciplina de Geografia de forma livre a partir de pesquisas na internet, faço explanações orais em sala de aula sobre o assunto da questão racial e da cultura desses povos. E sobre outros materiais utilizo textos complementares e vídeos. (entrevista concedida pela docente, 2025).

E a **Docente 03** que sim. falo nas minhas aulas sobre a temática das relações étnico-raciais, apresento uma breve contextualização do tema com pesquisa em textos e na internet. Utilizo o livro didático principalmente nas aulas do 7º ano que tem um dos temas a ser apresentado que é a população brasileira e que nesse item encontro elementos como a miscigenação desses povos: brancos, negros, pardos e indígenas, porém acho limitado apenas a visão do livro e faço uso de outros materiais como textos complementares e recursos áudio visuais tais como vídeos e apresentações de slides para chamar atenção dos educandos em relação ao assunto com reflexão desses com o direito de assumir a sua etnia, qual é a sua cor você se autodeclara e eu acho bem interessante quando o aluno percebe que posso dizer a cor que eu quero ser, a etnia que eu quero pertencer que eu pertença. (entrevista concedida pela docente, 2025).

Alinhado ao que foi comprovado nas falas das docentes, no documento de orientações para a Educação das Relações Étnico-raciais especificamente no Ensino Fundamental sobre a utilização de material a ser utilizado na implementação desse tema Brasil, (2006) destaca o seguinte: música, vídeos, poemas, livros de literatura complementar que enfatizem a questão do povo afro-brasileiro.

Não só preocupado com essa questão do material a ser utilizados pelos docentes o documento ainda cita que se faz jus a uma escola democrática, respeitando a diversidade humana que existe na sociedade trazendo como elemento norteador o respeito a igualdade racial e as questões étnico-raciais, promovendo nesse espaço escolar um acervo de objetos que contemplem a dimensão étnico-racial que valorizem a cultura negra multiétnica. No quadro 6 a seguir apresenta

informações importantes que fazem menção ao processo de ensino-aprendizagem no qual envolve a escola, os/as docentes, a questão curricular e os processos pedagógicos

Quadro 6 – Ensino Fundamental e Diversidade étnico-racial

Papel da Escola	Espaço privilegiado de inclusão, reconhecimento e combate às relações preconceituosas e discriminatórias. Apropriação de saberes e desconstrução das hierarquias entre as culturas. Afirmação do caráter multirracial e pluriétnico da sociedade brasileira. Reconhecimento e resgate da história e cultura afro-brasileira e africana como condição para a construção da identidade étnico-racial brasileira.
Papel do/A Professor/ A	Sujeito do processo educacional ao mesmo tempo aprendiz da temática e mediador entre o/a aluno/a e o objeto da aprendizagem, no caso, os conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana, bem como a educação das relações étnico-raciais.
Estudante	Sujeito do processo educacional que vive e convive em situação de igualdade com pessoas de todas as etnias, vendo a história do seu povo resgatada e respeitada. Das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.
Relação Docente e Discente	Que respeita o/a estudante como sujeito sociocultural. Que tenha o diálogo como um dos instrumentos de inclusão/interação. Que o/a professor/a esteja hierarquicamente a serviço dos(as) estudantes numa relação ética e respeitosa.
Currículo	Que contemple a efetivação de uma pedagogia que respeite as diferenças. Tratar a questão racial como conteúdo inter e multidisciplinar durante todo o ano letivo, estabelecendo um diálogo permanente entre o tema étnico-racial e os demais conteúdos trabalhados na escola.
Processos Pedagógicos	Que reverenciem o princípio da integração, reconhecendo a importância de se conviver e aprender com as diferenças, promovendo atividades em que as trocas sejam privilegiadas e estimuladas. Que reconheçam a interdependência entre corpo, emoção e cognição no ato de aprender. Que privilegiem a ação em grupo, com propostas de trabalho vivenciadas coletivamente (docentes e discentes), levando em conta a singularidade individual. Que rompam com a visão compartimentada dos conteúdos escolares.

Fonte: BRASIL (2006) p. 68-69.

De acordo com o que é descrito no quadro (7) podemos refletir o seguinte que a escola é um espaço de inclusão e que deve na sua essência trabalhar na sua ótica de uma educação antirracista promovendo ações de combate ao racismo e a discriminação racial; juntamente com o educador(a) que é um (a) transmissor(a) de conhecimento e que é responsável pela elaboração e execução de projetos anti-racismo; o discente que está nesse processo e que convive diariamente com diversas etnias, com saberes históricos e culturas que se interligam e que possam promover a igualdade racial; a relação entre docente e discente que deve estabelecer um laço mútuo de respeito e ética entre ambos, a questão curricular que reforçamos a ideia de que esse seja trabalhado interdisciplinar e multidisciplinar, ou seja todas as áreas do conhecimento estejam alinhadas a trabalhar com a temática das relações étnico-raciais ao mesmo tempo de forma integrada e não tendo uma visão compartimentada dos conteúdos escolares.

Nesse ponto um aspecto nos chamou muito atenção é quando a **docente 3** afirma que faz uso do livro didático de Geografia nas suas aulas do 7º ano e consegue pontuar de forma significativa e positiva a questão de que o mesmo traga a discussão a respeito da formação do povo brasileiro com uma série de informações quantitativas da distribuição em números da população por raça/etnia e faz uma crítica quanto a limitação de dados qualitativos sobre o contexto histórico, cultural e geográfico que é de grande contribuição desses povos para a formação territorial do Brasil.

Essa situação exposta pela Docente está na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) em um dos objetos de conhecimento que é as características da população brasileira e a habilidade (EF07GE04) que tem como a finalidade analisar a distribuição territorial da população brasileira considerando a diversidade étnico-cultural, indígena, africana e europeia e asiática, mas quando fazemos a análise disso com o que é colocado no livro didático de Geografia adotado pela escola comprovamos que o texto do mesmo traz uma discussão que enfatiza dados quantitativos em números de habitantes e sua distribuição no território e pouco se fala sobre a questão sociocultural dos povos originários.

Dessa forma, buscamos entender se o tema das relações étnico-raciais era de interesse pessoal desses já que é algo que vem sendo muito discutido na área da educação e tido como uma obrigatoriedade nos espaços escolares estarem fazendo

com que discentes tenham contato com o mesmo e nos seus discursos as interlocutoras afirmaram que:

A **Docente 01**: Sim. O tema é muito importante porque tem a questão da discriminação e precisa ser muito trabalhado na educação pois, temos que alertar não só nossos alunos, mas também a sociedade no geral desse problema que apesar de ser discutido ainda é bastante presente hoje (Entrevista concedida pela docente, 2025).

A **Docente 02** Sim. O referido tema é importante porque o nosso país em si já é uma mistura de várias etnias e deve ser trabalhado e muito principalmente por conta do racismo, preconceito que ainda é muito forte na sociedade e a inclusão desse assunto nas escolas é muito boa diminuir os efeitos desse problema (entrevista concedida pela docente, 2025).

E a **Docente 03** Sim. É de grande relevância para mim esse tema por se tratar de uma questão delicada, não sei se tem alguma coisa oculta no tema, ou se a pessoa não tem uma formação pra falar pois, as pessoas tem medo ou receio de se reconhecer etnicamente, e me leva uma reflexão do contexto histórico do território brasileiro que desde o período de colonização tinham esses povos negros e índios num lugar inferior na sociedade e eram submetidos a escravos, sofrendo muito preconceito e atualmente a situação não é diferente esses povos ainda sofrem com isso e a discriminação racial é forte apesar de existirem leis para combater o racismo, então esse assunto precisa ser muito trabalhado não só na escola, mas na sociedade de forma geral para que tenhamos uma sociedade com uma igualdade racial (entrevista concedida pela docente, 2025).

Nota-se fortemente nos discursos das três docentes a importância em se trabalhar sobre o tema das relações étnico- raciais, pois essa questão do racismo ainda é fortemente enraizado historicamente do ponto de vista colonial em que os povos negros e indígenas foram muito inferiorizados e hoje isso ainda que de certa forma é preconizado principalmente na escola e também na sociedade de forma geral e precisa haver ações em prol da igualdade de democracia racial tão impostas em legislação e documentos que abordam o referido tema.

Nos ancoramos em Munanga (2005) que na sua obra intitulada *Racismo Superando o Racismo na escola* menciona o seguinte:

[...] O racismo como um dos graves problemas da nossa sociedade e por outro lado em mobilizar todas as forças vivas da sociedade para combatê-lo. Entre essas forças, a educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um lugar de destaque. Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços. (MUNANGA, 2005, p. 17-18).

No que corresponde a prática docente sobre as relações étnico raciais partindo do questionamento da forma como trabalha esse tema as docentes ressaltaram o seguinte:

Docente 1: a minha prática em relação a questão das relações étnico raciais se dá a partir da exibição de documentários, apresentações no retroprojetor enfatizando o tema e posteriormente abro um espaço de diálogo na sala de aula para que os alunos possam refletir sobre o tema e darem a sua opinião sobre o assunto. (entrevista concedida pela docente, 2025).

Docente 2: as ações que realizo sobre o tema são seminários, em que peço para os educandos pesquisarem referente aos povos afro-brasileiros, posteriormente peço que apresentem as informações levantadas com a turma e em seguida realizamos uma troca de experiências sobre o assunto. (entrevista concedida pela docente, 2025).

Docente 03: a princípio faço uma exposição do tema na sala de aula, do conteúdo programático que contém no livro didático e pra fomentar mais convido um palestrante da área, temos grandes profissionais em Araçagi historiadores e geógrafos e eles tem nos ajudado bastante nessa possibilidade de passar melhor o conteúdo, do aluno prestar mais a atenção eles ficam bem mais atencioso do que for a gente na sala de aula, vira rotina né a sala de aula e quando vem alguém com uma metodologia diferente é bem mais atrativo (entrevista concedida pela docente, 2025).

Quando indagadas sobre a questão de uma formação promovida ou realizada pela rede municipal de pode-se tecer os seguintes comentários:

Docente 01: “O município não ofertou nenhuma formação para trabalhar a temática das relações étnico-racial” (entrevista concedida pela docente, 2025).

Docente 02: “Infelizmente o município não ofertou uma formação sobre as relações étnico-racial o que dificulta pra os professores e alunos trabalharem esse tema”.(entrevista concedida pela docente, 2025).

Docente 03: O município não ofertou uma formação específica para trabalhar esse tema, como eu já falei nos buscamos recursos e conhecimento que estão em nosso alcance, mas formação não e é preciso, a lei é criada desde 2003 como nós sabemos, mas pouco se sabe da lei e da sua aplicação. (entrevista concedida pela docente, 2025).

Nessas falas da profissionais da educação da rede municipal de Ensino é notório a sua inquietação, por não ter sido ofertado pela Secretaria de Educação do Município de Araçagi/PB uma formação ou um curso de curta duração que abordasse a temática das relações étnico-raciais e que consequentemente isso desencadeará uma limitação quando ao exercício desses na sala de aula com os discentes em colocarem em prática o que vem sendo exigido no currículo e nos documentos normativos, como exemplo a lei 10.639/2003 que ainda é reforçado pela docente 3 de que pouco se sabe ainda sobre essa e de orientações sobre a diversidade étnico racial na escola.

Na sua experiência de docência há a necessidade haver uma formação específica para se trabalhar o tema das relações étnico-raciais? As interlocutoras mencionaram que:

Docente 01: sim. com certeza! temos que ter formação constante infelizmente aqui não tem nunca teve no caso, isso nos ajudaria muito, a falta dessa traz dificuldade para trabalhar o tema se você não correr atrás vai ficar desatualizado porque se for depender de formação por parte da Secretaria da Educação não vem não. (entrevista concedida pela docente, 2025).

Docente 02: sim, pois é um tema que requer muito cuidado para repassar para os alunos porque hoje em dia o que mais temos é o preconceito, o racismo que vem desde o período de colonização e fica enraizado na população, a discriminação ainda reina de forma geral. (entrevista concedida pela docente, 2025).

Docente 03: Com certeza! não só esse tema das relações étnico-raciais, mas como qualquer outro tema necessita da formação, de um estudo específico, é algo que não é novo pois já surgiu desde 2003, mas que pra gente ainda é um pouco obscuro, precisamos sim de formação de como lidar com o assunto é muito delicado lidar com esse, a gente não sabe quando tá acertando a gente vai trabalhando e buscando meios que o aluno compreenda até então nenhuma formação o que se faz bem necessário. (entrevista concedida pela docente, 2025).

Nos escritos de Silva (2005) ele destaca que a formação específica do profissional no Ensino Fundamental se faz necessário a partir da seguinte finalidade: [...] “fundamentá-lo a uma prática pedagógica, com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos” (SILVA, 2005 p. 22).

Na visão dessa autora, junto as arguições das interlocutoras conseguimos evidenciar que ainda é muito importante serem realizadas uma formação referente ao tema para que possa principalmente orientar o docente sobre a questão complexa do tema e que requer muito cuidado como estes podem incorporar na sua práxis educativa discursos que quebrem os paradigmas de estereótipos de preconceito, discriminação racial e a invisibilidade destes povos originários na sociedade brasileira.

Contudo, com a visão das docentes de Geografia da Escola Agripino Ribeiro Filho no Município de Araçagi-PB, o tema das relações étnico-raciais apesar de não ser algo novo, mas requer que esse seja trabalhado de forma detalhada na escola ,no cotidiano dessas e não apenas de forma obrigatória, mas que seja incorporado com os conteúdos escolares de todas as disciplinas, porém para que isso aconteça é necessário que ocorra uma formação porque estas se sentem inseguras para trabalhar esse assunto na sala de aula, pois mesmo se tendo um acervo de material na internet ainda é difícil falar sobre o mesmo e requer uma orientação de um corpo de profissionais que relatem sobre o que trabalharam compartilhando as suas experiências para que uma educação antirracista seja implantada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ressalta-se que no capítulo 01 conseguimos fazer uma breve reflexão sobre os conceitos de termos referente aos povos étnico-raciais que foram se constituindo na história desses e que vai tendo destaque na sociedade e nos espaços educativos ocupados por eles que vem causando uma influência direta na sua identidade cultural, no campo de trabalho e as desigualdades sociais e econômicas que sofrem.

Um outro ponto a ser contextualizado é a concepção do racismo, que apesar de ter diminuído os seus efeitos ao decorrer do tempo ainda é bastante presente no cotidiano das pessoas não apenas no campo do fenótipo em relação a cor e a estrutura social. Sendo assim ao decorrer da história muitas conquistas foram realizadas pelos povos em especial os negros que como é colocado no texto acabaram ocupando o lugar de subalternizado sendo dominado pelos brancos, escravizados nos campos de trabalho e ocupando os locais de moradias em condições precárias, como exemplo as senzalas ou as favelas (aglomerados suburbano normais), mas mesmo frente a essas condições lutaram através dos movimentos sociais negros para terem destaque no campo da história e de uma visibilidade numa questão de gênero e racial nos lugares em que habitam.

Concomitante a isso, ocorre grandes avanços nas políticas educacionais dando ênfase nesse estudo os marcos normativos, como exemplo as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 colocadas em evidência para discutir essa questão racial e das relações étnico-raciais no Brasil, valorizando a história cultural dos povos africanos e indígenas e instituindo a obrigatoriedade dos sistemas e instituições de ensino trabalharem esse tema incorporando-os nos currículos escolares e nos Projetos Políticos Pedagógicos tendo por base para a constituição desses as diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular.

A necessidade de fazer uso de uma educação antirracista para combater o racismo e a discriminação racial, sendo esta bastante evidenciada na literatura e uma constante cobrança pelos órgãos de esfera nacional como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que seja colocada ações e práticas que priorizem essas atividades que priorizem os saberes históricos, culturais e a contribuição dos negros e indígenas enfatizando o que a Geografia dispõe em termos de conteúdos que podem ser trabalhados nas aulas pelos docentes que reflitam os conhecimentos mencionados anteriormente e as contrastes sociais existentes no espaço geográfico.

Numa análise do Lócus da pesquisa a E.M.E. F. Agripino Ribeiro Filho, conseguimos comprovar positivamente que destaca na sua estrutura curricular os princípios e conteúdos direcionados a educação das relações étnico-raciais, exigidos nos documentos normativos e nos livros didáticos, mas que ainda é realizado algumas atividades comemorativas apenas em alusão ao dia da consciência negra

No capítulo 02 sobre a análise do livro didático de Geografia do 7º ano foi possível encontrar elementos que versam sobre a questão das relações étnico-raciais desde a sua capa com imagens que representam a figura dos povos afro-brasileiros, no índice e na estrutura da obra que nas unidades temáticas e capítulos apresentam temas que fazem inferência a tópicos, conteúdos e atividades que se direcionam a questão étnico racial, com atividades e textos complementares que vão frente ao que é proposto pelos documentos oficiais da educação e a BNCC que é um documento integrante do currículo escolar.

Essa pesquisa ainda se demonstrou de grande relevância, pois ainda há uma carência de estudos que abordem a temática dos povos originários e as suas relações no espaço geográfico no currículo das escolas sistematizados conforme as leis 10639/2003 e a 11645/2008, realizando uma reflexão sobre os materiais pedagógicos que estão sendo elaborados e utilizados na visão da cultura afro-brasileira.

Apesar do livro do 7º ano de Geografia analisado está alinhado a BNCC e proposta curricular ao trazer discussões sobre os povos indígenas e negros no campo do preconceito, da discriminação, da consciência negra, da inserção dos indígenas no espaço urbano nas relações de formação e de trabalho, na distribuição desigual de terras, das religiões afro-brasileiras, não há uma descrição detalhada que priorizem a história e a cultura desses povos, o que se tem é uma unidade que em termos quantitativos descreve em números o quantitativo dessa população distribuída nas regiões brasileiras, mas falta apresentar na obra textos e discussões que falem sobre os aspectos históricos e contribuições desses povos para a história do Brasil, documentários que enfatizem a questão das comunidades quilombolas, com situações próximas da realidade dos educandos, uma breve contextualização em cada uma dessas regiões brasileiras; atividades que estimulem os educandos a terem contato direto com os elementos históricos culturais dos povos afro-brasileiros.

No entanto, devido não haver uma discussão tão detalhada sobre o tema das relações étnico-racial no ensino de Geografia, pois pra conseguirmos identificar esse

tema na obra didática avaliada e no documento percussor para essa discussão conseguimos através de palavras-chaves como indígenas, africanos, e a distribuição da população forma quantitativa nos parâmetros da cor e raça, alguns traços da sua contribuição para a formação territorial do Brasil, que foram essenciais para que pudéssemos fazer uma ligação com que a BNCC estabelece sobre o temas das relações étnico-raciais na área da Geografia, mas discussões que estimulem a criticidade dos alunos e que dê ênfase a área da ciência geográfica humana e cultural.

No capítulo 03, conseguimos fazer uma breve contextualização de como essa temática das relações étnico-racial começou a ser abordada na Escola Agripino Ribeiro Filho, objeto de estudo dessa pesquisa e trouxe alguns apontamentos quanto as legislações e documentos do âmbito educacional que discutem a inserção desse tema obrigatório nas escolas públicas e privadas que deve ser trabalhado esse assunto em prol de uma Educação Antirracista e as entrevistas realizadas com as docentes de Geografia conseguimos observar a visão dessas sobre o tema e as ações que realizam para por em prática atividades que discutem a questão racial.

Dessa maneira, ainda frisamos o quanto foi o momento de discussão com um projeto integrador sobre a consciência negra na escola, a Cultural da Diversidade Afro-Brasileira da E.M.E.F. Agripino Ribeiro Filho, no Município de Araçagi/PB, porque serviu também de reflexão a respeito de uma visão preconceituosa que se tem da África como um continente, pobre atrelado a fome, a miséria, a desigualdade social, aos africanos que na maioria das vezes são lembrados apenas pela sua mão de obra no período de colonização ao qual eram escravizados.

Essa amostra didático pedagógica realizada pela escola foi para atender os marcos legais e as lacunas do livro didático de Geografia.

E com essa atividade conseguimos fazer com esse paradigma fosse minimamente desmistificados em alguns sujeitos de Araçagi-PB que visitaram o evento e os mesmos começaram a enxergar esses povos sob outra ótica o quanto esses contribuem para a formação do território brasileiro e o quanto o continente africano é rico não só economicamente, mas também de um potencial paisagístico, natural, turístico e cultural que traz consigo ao longo de sua trajetória uma grande contribuição para o cenário global ao qual fazemos parte e que muitos hábitos e práticas herdamos da África.

Sendo assim esse evento foi um momento de muito aprendizado e partilha de saberes entre a comunidade escolar, a família e os educandos de outras instituições de ensino no tocante do dia da consciência negra no Brasil que foi conquistado com muita luta por Zumbi dos palmares e que se faz necessário ser trabalhado nos sistemas de ensino da rede pública e privada.

No tocante das entrevistas com as docentes destacamos os seguintes pontos que com esse estudo as mesmas fizeram uma reflexão sobre o tema das relações étnico-raciais frisando que tinham um conhecimento do mesmo adquirido ao decorrer da sua trajetória profissional, porque o ato de ensinar exige pesquisa e um ato que pelas suas falas podemos comprovar que fazem constantemente esse exercício;

Diante do exposto, as profissionais da educação tem a noção do quanto é importante esse assunto de cunho pessoal e profissional para ser discutido em sala de aula com seus alunos e que fazem isso partindo do pressuposto de combater o racismo e a discriminação racial contra os povos originários (negros, indígenas, brancos, mestiços e pardos), mostrando que essa grande diversidade na população brasileira trazem consigo trazem consigo um saber histórico e uma herança cultural significativa e que contribuem para a formação do País e que necessita serem reconhecidos e que possamos ter uma tão sonhada igualdade social por todos de conviver em um ambiente em que tenhamos respeito um pelo outro.

Um outro ponto forte nos seus discursos é tem um conhecimento sobre o tema, mas que sentem que falta uma formação adequada para se trabalhar com o referido porque é uma situação muito delicada, por envolver questões de fenótipo/cor o educando tem que se auto-reconhecer quanto a etnia a qual pertence; a necessidade um material didático como o livro didático, recursos audiovisuais, vídeos, documentários, textos complementares adequados que oriente aos educadores a abordarem de forma inter e multidisciplinar o tema das relações étnico- racial.

Por conseguinte, essa pesquisa é de grande relevância porque consistirá em uma base de dados sobre o tema das relações étnico-racial e servirá de orientação para que os profissionais da educação, com destaque aos docentes de Geografia que tenham à luz do conhecimento sobre o tema que precisa ser trabalhado em todas as escolas no princípio de promover uma educação antirracista e de uma igualdade racial ao povo afro-brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. Os perigos de uma história única. Oxford: Conference Annual – Technology, Entertainment and Design - Ted Global, 2009. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em 02 de abril de 2025.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019. 264 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br>> Acesso em 15 de maio de 2024.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 09 de Novembro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.716**, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 10 de Maio de 2024.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9394/96**. – Brasília, DF: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 de Maio de 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.159**, de 28 de julho de 2004. Aprova a Estrutura Regimental eo Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 28 de julho de 2004.

BRASIL. **Decreto nº 9.465**, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores -DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo -FCPE. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, 2003 Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/leis/2003>> Acesso em 10 de Maio de 2024.

BRASIL. **LEI Nº 12.288 de Julho de 2010**. o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm> Acesso em 10 de Agosto de 2024.

BRASIL. **Lei. 11.645, de 10 de Março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília-DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/leis/2008/> Acesso em 10 de Maio de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.342**, de 1º de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>> Acesso em 15 de Junho de 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. 262 p. Disponível em <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/orientacoes_acoes_miolo.pdf> Acesso em 24 de Agosto de 2024.

CAMPOS, Margarida de Cássia e NASCIMENTO JUNIOR, Lindemberg. BNCC de Geografia do Ensino Fundamental e as contradições para uma educação Deocolonial e antirracista. **Educação em Revista**, v. 40, n. 40, 2024. Disponível em <<https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/46128>>. Acesso em: 1 out. 2024.

CARDOSO, Lourenço. A Branquitude Acrítica Revisitada e as Críticas. In: **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. MULLER, Tânia Mara Pedroso e CARDOSO, Lourenço. 1ª ed., Curitiba: Appris, 2017. 335p.

CARTH, John Land. A Base Nacional Comum Curricular e a aplicação da política de Educação para Educação das Relações Étnico-Raciais (afro-brasileira, quilombola, cigana). Brasília: MEC, SECADI, 2017. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/artigos/A-BNCC2018-e-a-ERER.pdf>>. Acesso em: 01 Julho de 2024.

DELLORE, Cesar Brumini. **ARARIBÁ conecta Geografia 7º ano**. São Paulo: Moderna, 2022.

DOMINGUES, Luis Antônio Josendes e LUZ, Araci Asinelli-. Educação e relações étnico-raciais: reflexões sempre necessárias. In: ROCHA, Wesley Henrique Alves, **Racismo e antirracismo: reflexões, caminhos e desafios**. – 1.ed. – Curitiba, PR: Editora Bagai, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, nº 1, p.98-109, 2012.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

HASENBALG Carlos. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais. No Brasil. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, nº 73, p.5-12, 1990.

HOOKS, Bel. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade). *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*. v. 2, n. 3, p.115-137, 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> Acesso em : 11 de outubro de 2024.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento [et al.]. **Lélia Gonzalez: relações étnico-raciais e lugares de (re) existências** [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

MARTINS, Alan Bizerra e PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito. O ensino de Geografia e as relações étnico-raciais nos livros didáticos no Ensino Fundamental. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, V. 24 e 18, p. 1-31, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/40314>>. Acesso em: 01 Julho de. 2024.

MINAYO, M. C. De Souza. Capítulo 1 O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26º. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. De Souza. Capítulo 3 Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26º. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**, 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. O livro didático de geografia In: **___ para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

Projeto Político-Pedagógico, Escola Municipal de Ensino Fundamental Agripino Ribeiro Filho – Araçagi-PB, (PPP), (2024). (MIMEO).

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação do livro didático In: **Superando o racismo na escola**, 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Maurício. Educação e Relações étnico-raciais no Brasil: tensões entre os currículos afrocentrado e eurocentrado In: ROCHA, Wesley Henrique Alves, **Racismo e antirracismo: reflexões, caminhos e desafios**. – 1.ed. – Curitiba, PR: Editora Bagai, 2021.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de Branquitude: Reflexões para o campo de Estudo. In: **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. MULLER, Tânia Mara Pedroso e CARDOSO, Lourenço. 1ª ed., Curitiba: Appris, 2017. 335p.

SOUSA JUNIOR, Arnóbio Rodrigues de. A Geografia e as relações étnico raciais na BNCC: reflexões a partir de estudos formativos no programa residência pedagógica. **Revista Conexão comCiência**, nº 1, v.1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/4817/3963/18545>> Acesso em 30 de Junho de 2024.

SOUZA, Lorena Francisco de Souza e MACHADO, Luiza Helena Barreira. O ensino das relações étnico-raciais a partir de conteúdos geográficos na Educação Básica. **Revista Signos Geográficos**, V. 3, p. 1-36, 2022. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/71517>> Acesso em 14 de agosto de 2024.

<https://qedu.org.br/escola/25109650-emefm-agripino-ribeiro-filho/ideb> Acesso em 27 de Abril de 2024.

APÊNDICES



APÊNDICE A– QUESTIONÁRIO DE CAMPO: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

PESQUISA – A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL- II: UM OLHAR NA E.M.E.F. AGRIPINO RIBEIRO FILHO, MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB

- 1º - Nome da Instituição de Ensino: _____
 - 2º - Endereço: _____
 - 3º - Nome do Gestor (a): _____
 - 4º - Nome do Gestor adjunto (a): _____
 - 5º - Número de Professores: _____
 - 6º - Quantos professores ensinam Geografia? _____
 - 7º - Quantos professores são formados em Geografia? _____
 - 8º Número de funcionários? _____
 - 9º - Quais os níveis de que a escola oferece? E o número de alunos matriculados em cada um?
 - 10º - O número de salas de aula? Caracterizar a estrutura delas.
 - 11º Quantos banheiros possui a escola?
 - 12º A escola dispõe de algum laboratório de informática ou recursos tecnológicos como data show para ser utilizados pelos professores em sala de aula? Se a resposta for não justifique?
 - 13º A instituição de Ensino conta com uma biblioteca? Quais as condições? Como é utilizada?
 - 14º Na escola tem auditório? Como é utilizado?
 - 15º A escola tem uma quadra poliesportiva? É utilizada? Para que?
 - 16º Como é trabalhada na escola a questão das datas comemorativas?
 - 17º A escola incentiva à formação continuada dos professores? Justifique?
 - 18º Qual a participação da família na escola ou não há? Porque?
 - 19º Qual a maior dificuldade que o senhor (a) encontra no Sistema educacional e que interfere na instituição de ensino na qual é diretor (a)?
 - 20º Determine sim ou não para as alternativas abaixo?
- Salas de aula com tamanho padrão (____) Iluminação adequada (____)
- Escola higienizada (____) Merenda satisfatória no fazer (____)
- Água Filtrada (____) Bebedouro (____) Torneira (____)
- Banheiros Limpos (____) Quebrados (____)

Observações:



APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista para as Docentes

PESQUISA – A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL- II: UM OLHAR NA E.M.E.F. AGRIPINO RIBEIRO FILHO, MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB

Roteiro de entrevista estruturada e semiestruturada para as docentes de Geografia Da Escola Municipal de Ensino Fundamental Agripino Ribeiro Filho– Araçagi/PB.

Data ____/____/____

1- Identificação Pessoal

- Idade: _____
- Gênero: () feminino () masculino
- Cor/etnia: () branco () parda () indígena () Amarela
- Cidade: _____

2- Identificação Profissional

- Possui graduação? () sim () não Especificar: _____
- Possui Pós-Graduação? () sim () não
- Especialização: _____
Instituição: _____ Ano de conclusão: _____
- Mestrado: _____
Instituição: _____ Ano de conclusão: _____
- Doutorado: _____
Instituição: _____ Ano de conclusão: _____

3- Dados profissionais

- Tempo de atuação na área
Educação: _____
- Tempo de atuação da Escola Agripino Ribeiro
Filho: _____
- Como veio trabalhar nessa
Escola? _____

4- Você já ouviu falar a respeito da temática das relações étnico raciais?

() sim () não

5- Caso a resposta da questão anterior tenha sido positiva? Através de quais meios de comunicação você soube do tema?

() revistas () livros () internet () Redes sociais () outros : _____

6- Você conhece a lei 10.6339/2003 que fala das relações étnico-raciais nas escolas?

() sim () não

7- Como avalia a inserção da temática na sala de aula?

() Positiva () Negativa

8- Você já realizou algum curso de formação específica sobre a questão racial no campo da educação?

() sim () não

9- Você acha pertinente trabalhar a temática das relações étnico- raciais na escola e na sala de aula?

() sim () não

10- A Escola Municipal Agripino Ribeiro Filho já realizou/ realiza algum projeto ou formação que contemple o assunto das relações étnico raciais?

() sim () não

11- Tempo de atuação na Educação Básica: _____ anos

12- Na sala de aula aborda a temática das relações étnico- raciais?

13- Como aborda o tema das relações étnico raciais nos espaços de aula?

14- Se sim usa o livro didático ou outro material?

15- Quais materiais utiliza?

16 - O tema das relações étnico raciais é importante para você? Justifique a sua resposta?

17- De que forma é trabalhado a questão racial? Explique como se dá a prática?

18- O município ofertou ou oferta alguma formação para trabalhar com a Educação das relações étnico raciais?

19-Com base na sua experiência de docência, você acha necessária alguma preparação, ou seja, formação específica para trabalhar com o tema das relações étnico raciais?